



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA			
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES			
PROCESSO ADMINISTRATIVO	38811/2024	CHAMAMENTO Nº 11/2024	INEXIGIBILIDADE 87/2024
DISPONIBILIDADE DO EDITAL	A PARTIR DO DIA 23/10/2024.		
OBJETO	CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.		

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

E-MAIL: chamamento.ams@apucarana.pr.gov.br



A **AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA**, MEDIANTE A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA, DESIGNADA PELAS PORTARIAS Nº 03 E 04/2024, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA PELO ILMO. SENHOR DIRETOR PRESIDENTE, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, DESTINADO À EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES EDITAIS, OBEDECIDOS OS FUNDAMENTOS LEGAIS CONSTANTES DOS DISPOSITIVOS DO ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; LEI Nº 8.080/90; LEI Nº 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023; PORTARIA Nº 1.286/93 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	EDITAL DE CHAMAMENTO
38811/2024	11/2024
INEXIGIBILIDADE	87/2024
TIPO	CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO
DATA INICIAL PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	DATA FINAL DE CADASTRO DAS PROPOSTAS
25/10/2024	25/10/2025
REQUISITANTE	
OFÍCIO Nº 190/2024 – SERVIÇO SOCIAL/AMS	

EXPEDIDO EDITAL NO DIA: **23/10/2024**

PUBLICADO AVISO EM: **22/10/2024**

1 DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1 O OBJETO DESTES EDITAIS VISA O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE EDITAL.

1.2 OS ATENDIMENTOS SERÃO REALIZADOS NAS CASAS DE APOIO CREDENCIADAS POR ESTA AUTARQUIA QUE PRESTAM OS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES QUE PRECISAM REALIZAR TRATAMENTO MÉDICO CONTINUADO FORA DO DOMICÍLIO, DE ACORDO COM AS SUAS NECESSIDADES, OFERTANDO ALÉM DE HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CREDENCIADA. PARA QUE OS PACIENTES SEJAM ASSISTIDOS EM SEU TRATAMENTO CONFORME PRECONIZAÇÃO MÉDICA É NECESSÁRIA QUE A REFERIDA HOSPEDAGEM DISPONIBILIZE DE QUARTOS PARA PERNOITE, ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), TRANSPORTE PRÓPRIO PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA, DIÁRIAS DE HOSPEDAGEM DE MODO INTEGRAL E PARCIAL (MEIA-DIÁRIA) DE ACORDO COM O TEMPO PREVISTO PARA O TRATAMENTO. FAZ-SE NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM PARA PACIENTES QUE NECESSITAM QUE A REFERIDA HOSPEDAGEM DISPONIBILIZE DE QUARTOS INDIVIDUAIS (ISOLAMENTO), BANHEIROS INDIVIDUALIZADOS, ADAPTADOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. VISTO QUE, TRATA-SE DE PACIENTES IMUNODEPRIMIDOS (PACIENTES CUJO MECANISMO NORMAL DE DEFESA CONTRA INFECÇÕES ESTÃO COMPROMETIDOS, TRANSPLANTADOS, PÓS-CIRÚRGICOS OU EM FASE TERMINAL DE DOENÇA, QUE POSSUAM INDICAÇÃO MÉDICA DE ISOLAMENTO). DEVENDO AS CREDENCIADAS ATENDEREM OS REQUISITOS ELENCADOS ABAIXO:

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338**



1.2.1 DO SERVIÇO DE RECEPÇÃO:

- ATENDIMENTO DE 24 HORAS PARA RECEPÇÃO AO USUÁRIO;

1.2.2 DO SERVIÇO DE TRANSPORTE:

- TRANSPORTE DA CASA DE APOIO A HOSPITAIS E CLÍNICAS, IDA E VOLTA DAS 06H00 ÀS 20H00;
- SERVIÇO REGULAMENTADO E AUTORIZADO PELA URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;
- FROTA PRÓPRIA COM MÍNIMO DE 01 (UM) VEÍCULO DE LOTAÇÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) PESSOAS E DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO PARA APOIO;
- MOTORISTAS CERTIFICADOS PARA ATUAREM NO TRANSPORTE COLETIVO;
- VEÍCULO COM ACESSIBILIDADE TOTAL: ELEVADOR PARA A PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA;
- SEGURO PARA OS PASSAGEIROS.
- PONTUALIDADE NO TRASLADO DOS PACIENTES CONFORME HORÁRIO AGENDADO DA CONSULTA E/OU EXAMES E NO HORÁRIO DE RECOLHIMENTO PARA RETORNO À PENSÃO.

1.2.3 DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO:

- NO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) REFEIÇÕES – CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR, SERVIDO EM SISTEMA BUFFET LIVRE;
- CARDÁPIOS VARIADOS COM ACOMPANHAMENTO DE NUTRICIONISTA E DE ACORDO COM OS PADRÕES DE HIGIENE E SAÚDE NORMATIZADAS PELA DIVISÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;
- USO DA COZINHA PARA USUÁRIOS, PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS ESPECÍFICOS;
- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR: CAFÉ – DAS 06H00 ÀS 09H; ALMOÇO – DAS 11H00 ÀS 14H00; JANTAR – DAS 18H00 ÀS 19H30MIN.
- HORÁRIOS PARA REFEIÇÕES FLEXÍVEIS PARA ATENDER AOS PACIENTES QUE EM VIRTUDE DE ATRASO DEVIDO ÀS CONDIÇÕES DE TRÂNSITO, AGENDAMENTO DE CONSULTA, OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NÃO POSSAM ESTAR PRESENTES EM HORÁRIO RESTRITO;

1.2.4 OUTROS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM:

- LAVANDERIA PARA USUÁRIOS;
- TROCA DIÁRIA DE ROUPAS DE CAMA;
- É TERMINANTEMENTE PROIBIDA À COBRANÇA DE VALORES COMPLEMENTARES CONTRA O PACIENTE E/OU ACOMPANHANTE, - A QUALQUER TÍTULO, QUAIS SEJAM: TAXAS, ENCARGOS, DESPESAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS, ENTRE OUTROS, SOB AS PENAS DA LEI.
- AS CREDENCIADAS DEVEM MANTER AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS AMBIENTES EM BOAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA, ORGANIZAÇÃO, CONFORTO, LIMPEZA E HIGIENE.

2 DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS INTERESSADAS NESTE PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO **DEVERÁ SER ENCAMINHADA A PARTIR DO SEXTO DIA DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DESTE EDITAL**, ART. 180 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23. O CADASTRAMENTO FICARÁ ABERTO ÀS INTERESSADAS ENQUANTO PERDURAR A VIGÊNCIA DESTE EDITAL – CONFORME DATAS ESTIPULADAS NO AVISO.

2.2 A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DE FORMA INCOMPLETA OU ILEGÍVEL OU EM FORMATO DISTINTO DO PREVISTO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS SERÁ DESCONSIDERADA;

PARÁGRAFO ÚNICO: O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO OU, CASO A EMPRESA INTERESSADA NO



CRENCIAMENTO NÃO APRESENTE TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, IMPLICARÁ O NÃO CREDENCIAMENTO DA MESMA.

2.3 DAS INSCRIÇÕES: OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS DEVERÃO SER ENVIADOS A PARTIR DO DIA E HORA ESTIPULADA NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, **SOMENTE E EXCLUSIVAMENTE VIA E-MAIL**, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: **CHAMAMENTO.AMS@APUCARANA.PR.GOV.BR**, OBSERVADO O HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA/DF. **RESSALTA-SE QUE É VEDADO MAIS DE UM CADASTRO POR CNPJ.**

3 DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1 PODERÃO PARTICIPAR PESSOAS JURÍDICAS REGULARMENTE ESTABELECIDAS NO PAÍS E QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, APRESENTANDO OS DOCUMENTOS NELE EXIGIDOS;

3.1.1 CUJO RAMO DE ATIVIDADE SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTE CHAMAMENTO PÚBLICO, CONFORME O DISPOSTO NOS RESPECTIVOS ATOS CONSTITUTIVOS;

3.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DIRETA OU INDIRETAMENTE DO PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO, AS INTERESSADAS:

A) QUE SE ENQUADREM NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 14 DA LEI 14.133/21;

A-1) QUE POSSUEM PROPRIETÁRIO, SÓCIOS OU FUNCIONÁRIOS QUE SEJAM SERVIDORES OU AGENTES POLÍTICOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELO CHAMAMENTO PÚBLICO, BEM COMO NÃO POSSUI PROPRIETÁRIO OU SÓCIO QUE SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU RETA E COLATERAL, E POR AFINIDADE, ATÉ O SEGUNDO GRAU, DE AGENTE POLÍTICO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELO CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA QUE NÃO HAJA PREJUÍZO AO ART. 11 DA LEI FEDERAL 14.133/21, SOB O RISCO DE SANÇÕES EM FACE DOS ARTS. 155, INCISO I E 156 DA LEI 14.133/21 E, DE ACORDO COM A VEDAÇÃO EXPRESSA NO ART. 14, INCISO IV DA LEI 14.133/21; ART. 83 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA;

B) QUE ESTEJAM CUMPRINDO AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III E IV, ART. 156, DA LEI 14.133/21, ASSIM COMO O DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023, ART. 186 §5º;

C) EM CONSÓRCIOS, QUE SEJAM CONTROLADORAS COLIGADAS OU SUBSIDIÁRIAS ENTRESI;

D) QUE ESTEJAM COM O DIREITO SUSPENSO DE LICITAR E CONTRATAR COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, OU QUE POR ESTA TENHAM SIDO DECLARADAS INIDÔNEAS, OU SUSPENSA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE ESTEJA PÚBLICO NO SITE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – IMPEDIDOS DE LICITAR;

E) ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONEM NO PAÍS;

3.3. A PARTICIPAÇÃO NESTE CHAMAMENTO IMPORTA À INTERESSADA O CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL, BEM COMO A OBSERVÂNCIA DOS REGULAMENTOS, NORMAS ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS APLICÁVEIS.

3.4 AS INTERESSADAS ARCARÃO COM TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

4 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1 AS INTERESSADAS DEVERÃO ENVIAR OS DOCUMENTOS RELACIONADOS NO ITEM 5, DIGITALIZADOS, SOMENTE E EXCLUSIVAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: CHAMAMENTO.AMS@APUCARANA.PR.GOV.BR.

4.2 OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR OBRIGATORIAMENTE IDENTIFICADOS, CONTENDO A RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, NÚMERO DE TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO.



4.3 NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS E NÃO EXTRAÍDOS DA INTERNET (SITES OFICIAIS) DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAIS PARA CONFERÊNCIA DE SUA CONFORMIDADE E AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DA IMPRENSA OFICIAL.

5 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 PARA O CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1.1 NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS, A CARGO DA JUNTA COMERCIAL DA RESPECTIVA SEDE;

5.1.2 NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DA RESPECTIVA SEDE, ACOMPANHADO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE SEUS ADMINISTRADORES;

5.1.3 INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO LOCAL DE SUA SEDE, ACOMPANHADA DE PROVA DA INDICAÇÃO DOS SEUS ADMINISTRADORES, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADE SIMPLES;

5.1.4 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, E ATO DE REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR;

5.1.4.1 OS DOCUMENTOS EM APREÇO DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

PARÁGRAFO ÚNICO: SE AS ALTERAÇÕES, EM SUA TOTALIDADE, TIVEREM SIDO CONSOLIDADAS NUM SÓ DOCUMENTO, DEVIDAMENTE REGISTRADO, BASTARÁ A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO, DOCUMENTO QUE CONSUBSTANCIA A CONSOLIDAÇÃO DE TODAS AS ALTERAÇÕES REALIZADAS. LOGO, NÃO HÁ NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO.

PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.1.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA;

PARA FINS DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.1.6 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A **INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO EMITIDO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

5.1.7 PROVA DE REGULARIDADE COM A **FAZENDA NACIONAL**, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO EXPEDIDA CONJUNTAMENTE PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), REFERENTE A TODOS OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU) POR ELAS ADMINISTRADOS, INCLUSIVE OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVISTAS NAS ALÍNEAS "A", "B" E "C" DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 11 DA LEI FEDERAL Nº 8.212/1991, ÀS CONTRIBUIÇÕES INSTITUÍDAS A TÍTULO DE SUBSTITUIÇÃO, E ÀS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS, POR LEI, A TERCEIROS; ALTERADA PELA PORTARIA MF Nº 358/14 E ALTERAÇÃO PORTARIA MF 443/14 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA;

5.1.8 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A **FAZENDA ESTADUAL** RELATIVA AOS TRIBUTOS ESTADUAIS, ME DIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA OU DOCUMENTO EQUIVALENTE DO ESTADO SEDE DA EMPRESA PARTICIPANTE NA FORMA DA LEI;



5.1.9 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A **FAZENDA MUNICIPAL** RELATIVA AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS DA SEDE DA PROPONENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA (**DÉBITO DE TRIBUTO GERAL DO MUNICÍPIO**) DO MUNICÍPIO SEDE DA EMPRESA PARTICIPANTE NA FORMA DA LEI;

5.1.10 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE O **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS**, FORNECIDA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, **MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**;

5.1.11 PROVA DE REGULARIDADE COM OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – **CNDT** OU POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA - **CPEN**) EXPEDIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO;

PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

5.1.12 APRESENTAR **NO MÍNIMO 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, EMITIDO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU POR ENTIDADE DA INICIATIVA PRIVADA, EM QUE COMPROVE A EXECUÇÃO DE SERVIÇO SEMELHANTE E/OU COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTES CHAMAMENTO PÚBLICO;

5.1.12.1 SOMENTE SERÃO CONSIDERADOS VÁLIDOS OS ATESTADOS COM TIMBRE DA ENTIDADE EXPEDIDORA E COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME COMPLETO DO EMITENTE. O ATESTADO DEVERÁ SER DATADO E ASSINADO POR PESSOA FÍSICA IDENTIFICADA PELO NOME E CARGO EXERCIDO NA ENTIDADE, BEM COMO DADOS PARA EVENTUAL CONTATO, ESTANDO ÀS INFORMAÇÕES SUJEITAS À CONFERÊNCIA PELA COMISSÃO OU QUEM ESTA INDICAR.

5.1.13 ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EMPRESA EMITIDO PELO MUNICÍPIO DO DOMICÍLIO OU DA SEDE DA LICITANTE;

5.1.14 ALVARÁ OU LICENÇA SANITÁRIA PARA FUNCIONAMENTO, CONFORME O CASO, EXPEDIDO PELO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL/AUTARQUIA DA SEDE DA EMPRESA INTERESSADA. CASO O DOCUMENTO EXIGIDO NESTA ALÍNEA NÃO INDIQUE A SUA VALIDADE, CONSIDERAR-SE-Á O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA SUA EMISSÃO;

E AINDA:

5.1.15 REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO, CONFORME O MODELO CONSTANTE NO **ANEXO II**;

5.1.16 DECLARAÇÃO CONJUNTA, CONFORME **ANEXO III** DESTES CHAMAMENTO PÚBLICO.

5.2 TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, EMITIDOS EM **LÍNGUA ESTRANGEIRA**, DEVERÃO SER ENTREGUES ACOMPANHADOS DA TRADUÇÃO PARA LÍNGUA PORTUGUESA EFETUADA POR **TRADUTOR JURAMENTADO** E TAMBÉM DEVIDAMENTE **CONSULARIZADOS** OU **REGISTRADOS NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**;

5.3 SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR EM NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE E, PREFERENCIALMENTE, COM NÚMERO DO CNPJ E ENDEREÇO RESPECTIVO;

5.3.1 SE A EMPRESA PARTICIPANTE FOR MATRIZ, TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR EM NOME DA MATRIZ OU, SE FOR FILIAL, TODOS EM NOME DA FILIAL;

5.3.2 SERÃO DISPENSADOS DA FILIAL AQUELES DOCUMENTOS QUE, PELA PRÓPRIA NATUREZA, COMPROVADAMENTE, FOREM EMITIDOS SOMENTE EM NOME DA MATRIZ, DEVIDO À CENTRALIZAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS DE TRIBUTOS.

NOTA: PARA MELHOR DEFINIÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, SUGERE-SE À EMPRESA PARTICIPANTE FORMULAR A CARTA DE APRESENTAÇÃO (**FOLHA DE ROSTO**) CONTENDO ÍNDICE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS, QUE DEVERÃO PREFERENCIALMENTE SER RELACIONADOS E SEPARADOS NA ORDEM ESTABELECIDADA NO **ITEM 5** DESTES CHAMAMENTO PÚBLICO.



5.4 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.4.1 A EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS DEVERÁ APRESENTAR, TAMBÉM, O DECRETO DE AUTORIZAÇÃO OU O ATO DE REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR.

5.4.2 EM NENHUM CASO SERÁ PERMITIDA DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA OU QUAISQUER OUTRAS FORMAS DE COMPROVAÇÃO QUE NÃO SEJAM AS EXIGIDAS NESTE EDITAL.

5.4.3 SE A EMPRESA PARTICIPANTE DESATENDER ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, A COMISSÃO DE CONTRAÇÃO EXAMINARÁ O POSTULANTE AO CREDENCIAMENTO SUBSEQUENTE, VERIFICANDO A SUA ACEITABILIDADE E PROCEDENDO À HABILITAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A APURAÇÃO DE UMA PROPOSTA QUE ATENDA AO EDITAL, SENDO A RESPECTIVA EMPRESA PARTICIPANTE DECLARADA CREDENCIADA.

5.4.4 DOCUMENTOS APRESENTADOS COM AS VALIDADES EXPIRADAS NO DIA DA SESSÃO, OS QUAIS NÃO PODERÃO SER CONSULTADOS E EMITIDOS PELOS SITES OFICIAIS, DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, QUANDO CONVOCADO.

5.4.5 NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS E NÃO EXTRAÍDOS DA INTERNET (SITES OFICIAIS) DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAIS PARA CONFERÊNCIA DE SUA CONFORMIDADE E AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DA IMPRENSA OFICIAL.

OBSERVAÇÃO: A NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ATUALIZADOS NA ASSINATURA DO CONTRATO ACARRETERÁ NO IMPEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO.

6 PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

6.1 CONFORME O ART. 179 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023, O CREDENCIAMENTO É UM PROCESSO ADMINISTRATIVO PRECEDIDO DE CHAMAMENTO PÚBLICO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONVOCA OS INTERESSADOS, COMO NESTE PROCESSO, EM PRESTAR SERVIÇOS, DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS, SE CREDENCIEM POR MEIO DE CADASTRAMENTO NO ÓRGÃO OU NA ENTIDADE PARA EXECUTAR O OBJETO QUANDO CONVOCADOS.

6.2 O CREDENCIAMENTO SERÁ AMPLAMENTE DIVULGADO, CONFORME O ART. 180 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23 E OS INTERESSADOS DEVERÃO FORNECER OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO **ITEM 5** DESTA EDITAL.

6.2.1 O CADASTRAMENTO DE INTERESSADOS SERÁ INICIADO COM A PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO, MEDIANTE AVISO PÚBLICO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP, NO SÍTILO ELETRÔNICO OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO, E O EXTRATO DO EDITAL NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E, EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, NA FORMA DO §3º DO ART.105 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23.

6.3 A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ANALISADA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADOS A PARTIR DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO AO E-MAIL INFORMADO NESTE PROCESSO, PRORROGÁVEL, SE AUTORIZADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE, POR IGUAL PERÍODO POR UMA ÚNICA VEZ.

6.3.1 DECORRIDOS OS PRAZOS PARA A ANÁLISE, CASO O JULGAMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO NÃO TENHA SIDO CONCLUÍDO, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO TERÁ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS PARA DECIDIR.

6.4 CASO NECESSÁRIO, SERÃO SOLICITADOS ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES DA



DOCUMENTAÇÃO AO INTERESSADO.

6.5 A INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NO CREDENCIAMENTO IMPLICA A ACEITAÇÃO INTEGRAL E IRRESTRITA DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE REGULAMENTO E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

6.6 O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO A DOCUMENTAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO DESIGNADA.

6.7 O CREDENCIAMENTO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR VONTADE DA CONTRATANTE E DESDE QUE ESTEJA EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE AS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS PARA O CREDENCIAMENTO.

6.8 O CREDENCIAMENTO OBEDECERÁ ÀS REGRAS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E OS TERMOS DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, ANEXA AO RESPECTIVO EDITAL.

6.9 A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, CONVOCARÁ A CREDENCIADA, EM UM PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) DIAS A PARTIR DA CONVOCAÇÃO GERAL (TERMO DE RATIFICAÇÃO), PARA ASSINAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL, DENTRO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO E NO EDITAL, E DAR INÍCIO À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO AO CREDENCIAMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CREDENCIADA DEVERÁ INDICAR E MANTER PREPOSTO, ACEITO PELA CONTRATANTE, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

6.10 O INSTRUMENTO CONTRATUAL DEVERÁ SER ASSINADO PELO (A) REPRESENTANTE LEGAL DA CREDENCIADA, E OBSERVARÁ A MINUTA CONTEMPLADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

6.11 O INSTRUMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO SERÁ PUBLICADO, EM FORMA DE EXTRATO, E DIVULGADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

6.12 OS CREDENCIAMENTOS EFETUADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE SE LIMITARÃO A SUA CONVENIÊNCIA, VERIFICADA A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E NECESSIDADE NO ATO DAS CONTRATAÇÕES, RESPEITADO SEMPRE O INTERESSE PÚBLICO.

7 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRAMENTO

7.1 CONFORME O ART. 208 DO DECRETO MUNICIPAL 936/2023, §3º, CASO NÃO SE PRETENDA A CONVOCAÇÃO, AO MESMO TEMPO, DE TODOS OS CREDENCIADOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU FORNECIMENTO DO BEM, SERÃO PROVIDAS POR MEIO DE SORTEIO POR OBJETO A SER CONTRATADO DE MODO QUE SEJA DISTRIBUÍDA POR PADRÕES ESTRITAMENTE IMPESSOAIS E ALEATÓRIOS, QUE FORMARÁ UMA LISTA PARA ORDEM DE CHAMADA PARA A EXECUÇÃO DE CADA OBJETO, OBSERVANDO-SE SEMPRE O CRITÉRIO DE ROTATIVIDADE E OS SEGUINTE REQUISITOS:

I - OS CREDENCIADOS SERÃO CHAMADOS PARA EXECUTAR O OBJETO DE ACORDO COM SUA POSIÇÃO NA LISTA A QUE SE REFERE O §2º DESTE ARTIGO;

II - O CREDENCIADO SÓ SERÁ CHAMADO PARA EXECUTAR NOVO OBJETO APÓS OS DEMAIS CREDENCIADOS QUE JÁ ESTEJAM NA LISTA FOREM CHAMADOS;

III - A QUALQUER TEMPO UM INTERESSADO PODERÁ REQUERER SEU CREDENCIAMENTO E, SE OCORRER APÓS O SORTEIO, SERÁ POSICIONADO LOGO APÓS O(S) CREDENCIADO(S) COM MENOR NÚMERO DE DEMANDAS;

IV - O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OBSERVARÁ, QUANDO DA ALOCAÇÃO DA DEMANDA, AS CONDIÇÕES TÉCNICAS DOS CREDENCIADOS E DO SERVIÇO, BEM COMO A LOCALIDADE OU REGIÃO ONDE SERÃO EXECUTADOS OS TRABALHOS.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.2 PARA FINS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA DEVERÁ O CREDENCIADO DEMONSTRAR OS REQUISITOS QUE COMPROVAM AMPLA APTIDÃO PROFISSIONAL A SEREM DE DESEMPENHADAS, BEM COMO APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE



TÉCNICO-OPERACIONAL DEMONSTRANDO QUE JÁ PRESTOU SERVIÇOS COM ESPECIFICAÇÕES IGUAIS OU SEMELHANTES AO OBJETO DESTE TERMO;

7.3 OS DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER DE ACORDO COM O ART. 145 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023.

8 DO VALOR ESTIMADO

8.1 O VALOR MENSAL DO CONTRATO SERÁ DE ACORDO COM O LOTE (TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL) QUE A ENTIDADE TIVER INTERESSE EM SE CREDENCIAR, SENDO QUE O VALOR TOTAL DESTE CREDENCIAMENTO SERÁ DE ATÉ R\$ 236.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL REAIS).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	HOSPEDAGEM EM QUARTO INDIVIDUAL (ISOLAMENTO) , CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CONTRATADA. A HOSPEDAGEM SERÁ REALIZADA EM QUARTO INDIVIDUAL (ISOLAMENTO), COZINHA, BANHEIROS INDIVIDUALIZADOS, ADAPTADOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. OS PACIENTES SERÃO ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), PARA TRATAMENTO MÉDICO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.	DIÁRIAS	500	160,00	80.000,00
02	HOSPEDAGEM EM QUARTO COLETIVO PARA PERNOITE , CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CONTRATADA, ALÉM DE OPÇÃO PARA DIÁRIA INTEGRAL OU DIÁRIA PARCIAL (MEIO PERÍODO). OS PACIENTES SERÃO ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), PARA TRATAMENTO MÉDICO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.	DIÁRIAS	1.300	120,00	156.000,00

9 CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1 AO FINAL DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO, EM HAVENDO PRORROGAÇÃO POR IGUAL PRAZO, SERÁ ANALISADA A CONCESSÃO OU NÃO DO REAJUSTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, UTILIZANDO-SE DOS CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, E, EM HAVENDO SUA CONCESSÃO, APLICAR-SE-Á A VARIAÇÃO DO INPC-IBGE ACUMULADO NO PERÍODO.



10 DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO É OBRIGATÓRIO QUE AS CREDENCIADAS MANTENHAM REGULARIZADAS TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUE INFORMEM TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO NA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À SUA HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E REGULARIDADE FISCAL RELACIONADAS ÀS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO.

10.2 O CREDENCIAMENTO NÃO ESTABELECE A OBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE EM EFETIVAR A CONTRATAÇÃO, FACE À SUA PRECARIÉDADA E, POR ISSO, A QUALQUER MOMENTO, O CREDENCIADO OU O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE PODERÁ DENUNCIAR O CREDENCIAMENTO, INCLUSIVE QUANDO FOR CONSTATADA QUALQUER IRREGULARIDADE NA OBSERVÂNCIA E CUMPRIMENTO DAS NORMAS FIXADAS NO EDITAL, NESTE REGULAMENTO E NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, SEM PREJUÍZO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

10.3 SERÁ VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO E PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES.

11 DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO/SANÇÕES

11.1 DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO, O CREDENCIADO DEVERÁ CUMPRIR CONTÍNUA E INTEGRALMENTE O DISPOSTO NESTE EDITAL E NOS TERMOS CONTRATUAIS QUE CELEBRAR COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA.

11.1.1 O CREDENCIADO QUE DEIXAR DE CUMPRIR ÀS EXIGÊNCIAS DESTE REGULAMENTO, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DOS CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO SERÁ DESCREDENCIADO PARA A EXECUÇÃO DE QUALQUER OBJETO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 156 E SEQUINTE DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23.

11.2 O NÃO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23; DO EDITAL E DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 PODERÁ ACARRETAR O DESCREDENCIAMENTO AO CREDENCIADO, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE EVENTUAIS SANÇÕES.

A) O DESCREDENCIAMENTO SERÁ CABÍVEL EM FUNÇÃO DE FATOS QUE ENSEJEM O COMPROMETIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUE SEJAM INSANÁVEIS OU NÃO TENHAM SIDO SANADOS NO PRAZO ASSINALADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CREDENCIAMENTO, BEM COMO EM RAZÃO DE DESVIOS DE POSTURA PROFISSIONAL OU SITUAÇÕES QUE POSSAM INTERFERIR NEGATIVAMENTE NOS PADRÕES ÉTICOS E OPERACIONAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

B) A APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE DESCREDENCIAMENTO PODE OCASIONAR A EXCLUSÃO DA ENTIDADE PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS.

11.3 A CREDENCIADA, PODERÁ SOLICITAR SEU DESCREDENCIAMENTO A QUALQUER TEMPO, MEDIANTE O ENVIO DE SOLICITAÇÃO ESCRITA AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, CUJO DEFERIMENTO DEVERÁ OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS.

11.3.1 O PEDIDO DE DESCREDENCIAMENTO NÃO DESINCUMBE O CREDENCIADO DO CUMPRIMENTO DE EVENTUAIS CONTRATOS ASSUMIDOS E DAS RESPONSABILIDADES A ELES ATRELADAS, CABENDO EM CASOS DE IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DEFINIDAS A QUE SE REFERE O ART. 192 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23.

11.4 A CONTRATANTE PODERÁ REVOGAR O CREDENCIAMENTO QUANDO ASSIM EXIGIR O INTERESSE PÚBLICO, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, SEM QUE RESTE QUALQUER DIREITO DE INDENIZAÇÃO EM FAVOR DO CREDENCIADOS, MAS GARANTINDO-SE O PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS ATÉ A DATA DA REVOGAÇÃO.



12 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ INICIADA APÓS A ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO, DEVENDO OS TRABALHOS SER DESENVOLVIDOS NA FORMA ESTABELECIDADA NO EDITAL, OBSERVADAS TAMBÉM AS REGRAS PERTINENTES DA LEI Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23.

12.2 DENTRO DAS NORMAS EM VIGOR, COM AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE, OS CONTRATOS DECORRENTES DO CREDENCIAMENTO PODERÃO RECEBER TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO, DESDE QUE AUTORIZADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INTERESSADA NA CONTRATAÇÃO, APÓS O PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA E CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO;

12.2.1 O CONTRATO SÓ PODERÁ RECEBER TERMO ADITIVO DESDE QUE NÃO HAJA(M) EMPRESA(S) INTERESSADA(S) QUE SE ENCONTRAM NA FILA DE ESPERA;

12.2.2 EM CARÁTER EXCEPCIONAL, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 125 DA LEI 14.133/21, A CREDENCIADA FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NA ESTIMATIVA DE TEMPO E DE PRAZO CONTRATADO, ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DO CONTRATO.

13 DO CREDENCIAMENTO

13.1 DAR-SE-Á INICIO AO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, RESPEITADA A ESTRITA ORDEM DE PROTOCOLO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, ATRAVÉS DA EMISSÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL EQUIVALENTE.

13.2 O FATO DE A CREDENCIADA TER SIDO CONVOCADA PARA O ATENDIMENTO DE DEMANDA NÃO GARANTE SUA EFETIVA CONTRATAÇÃO PELA CONTRATANTE.

13.3 O CREDENCIAMENTO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR VONTADE DA CONTRATANTE E DESDE QUE ESTEJA EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE AS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS PARA O CREDENCIAMENTO.

13.4 O CREDENCIAMENTO OBEDECERÁ ÀS REGRAS DA LEI FEDERAL Nº 14133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23 E OS TERMOS DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, ANEXA AO RESPECTIVO EDITAL.

13.5 A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, CONVOCARÁ A CREDENCIADA, EM UM PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) DIAS A PARTIR DA CONVOCAÇÃO GERAL, PARA ASSINAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL, DENTRO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO E NO EDITAL, E DAR INÍCIO À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO AO CREDENCIAMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CREDENCIADA DEVERÁ INDICAR E MANTER PREPOSTO, ACEITO PELA CONTRATANTE, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.6 O INSTRUMENTO CONTRATUAL DEVERÁ SER ASSINADO PELO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA CREDENCIADA, E OBSERVARÁ A MINUTA CONTEMPLADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

13.7 O INSTRUMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO SERÁ PUBLICADO, EM FORMA DE EXTRATO, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, JORNAL LOCAL E DIVULGADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA (**SUBITEM 8.4**).

13.8 OS CREDENCIAMENTOS EFETUADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE SE LIMITARÃO A SUA CONVENIÊNCIA, VERIFICADA A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E NECESSIDADE NO ATO DAS CONTRATAÇÕES, RESPEITADO SEMPRE O INTERESSE PÚBLICO.



14 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 OS CONTRATOS TERÃO SUA EXECUÇÃO INICIADA APÓS A ASSINATURA DESTES, DEVENDO OS TRABALHOS SER DESENVOLVIDOS NA FORMA ESTABELECIDADA NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA, OBSERVADAS TAMBÉM AS REGRAS PERTINENTES DA LEI Nº 14.133/21.

14.2 DENTRO DAS NORMAS EM VIGOR, COM AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE, OS CONTRATOS DECORRENTES DO CREDENCIAMENTO PODERÃO RECEBER TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO, DESDE QUE AUTORIZADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INTERESSADA NA CONTRATAÇÃO, APÓS O PARECER DA SUA ASSESSORIA JURÍDICA.

14.2.1 O CONTRATO SÓ PODERÁ RECEBER TERMO ADITIVO DESDE QUE NÃO HAJA(M) ENVELOPE(S) PROTOCOLADO(S) POR ENTIDADE(S) INTERESSADA(S) QUE SE ENCONTRAM NA FILA DE ESPERA;

14.2.2 EM CARÁTER EXCEPCIONAL, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 65, § 1º DA LEI 14.133/21, A CREDENCIADA FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NA ESTIMATIVA DE TEMPO E DE PRAZO CONTRATADO, ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DO CONTRATO.

15 DAS RESPONSABILIDADES

ALÉM DAS NATURALMENTE DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

15.1 PRESTAR OS SERVIÇOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL E EM CONSONÂNCIA COM A DOCUMENTAÇÃO RESPECTIVA, RESPONSABILIZANDO-SE POR EVENTUAIS PREJUÍZOS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER CLÁUSULA ESTABELECIDADA NO CONTRATO;

15.2 COMUNICAR ANTECIPADAMENTE A DATA E HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NÃO SENDO ACEITOS OS SERVIÇOS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES INSTRUMENTOS;

15.3 PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS QUE FOREM SOLICITADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, CUJAS RECLAMAÇÕES OBRIGA-SE A ATENDER PRONTAMENTE, BEM COMO DAR CIÊNCIA A ESTA AUTARQUIA, IMEDIATAMENTE E POR ESCRITO, DE QUALQUER ANORMALIDADE QUE VERIFICAR;

15.4 COMUNICAR IMEDIATAMENTE À AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA NO ENDEREÇO, CONTA BANCÁRIA E OUTRAS JULGÁVEIS NECESSÁRIAS PARA RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA;

15.5 INDENIZAR TERCEIROS E/OU A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, MESMO EM CASO DE AUSÊNCIA OU OMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE SUA PARTE, POR QUAISQUER DANOS OU PREJUÍZOS CAUSADOS, DEVENDO A CREDENCIADA ADOTAR TODAS AS MEDIDAS PREVENTIVAS, COM FIEL OBSERVÂNCIA ÀS EXIGÊNCIAS DAS AUTORIDADES COMPETENTES E ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS VIGENTES;

15.6 MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NO EDITAL;

ALÉM DAS NATURALMENTE DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.7 ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO, NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 58 C/C O ARTIGO 67 DA LEI Nº 14.133/21, ATRAVÉS DA FISCAL DO CONTRATO, QUE EXERCERÁ AMPLA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO, DETERMINANDO O QUE



FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALTAS OU DEFEITOS OBSERVADOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.

15.8 ACOMPANHAR DIRETA E INDIRETAMENTE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, VERIFICANDO O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS. A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA DISPONIBILIZARÁ UM SERVIDOR(A) COMO RESPONSÁVEL PELA VERIFICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS JÁ ANTERIORMENTE ASSINADOS PELO RESPONSÁVEL DOS SETORES ATENDIDOS;

15.8.1 VERIFICADA A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DO CREDENCIAMENTO, A FISCALIZAÇÃO TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS E CONTRATUAIS CABÍVEIS, INCLUSIVE QUANTO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21;

15.9 A FISCALIZAÇÃO NÃO EXIMIRÁ OU REDUZIRÁ EM NENHUMA HIPÓTESE, AS RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA EM EVENTUAL FALTA QUE VENHA A COMETER;

15.10 EFETUAR A JUNTADA AOS AUTOS DO PROCESSO DAS IRREGULARIDADES OBSERVADAS DURANTE A EXECUÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL;

15.11 EFETUAR O PAGAMENTO DEVIDO À CREDENCIADA, NO PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E CONTRATO;

15.12 PRESTAR AS INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS ATINENTES AO OBJETO QUE VENHAM A SER SOLICITADAS PELA CREDENCIADA;

15.13 PERMITIR O ACESSO DO REPRESENTANTE OU EMPREGADO DA CREDENCIADA AO LOCAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESDE QUE DEVIDAMENTE IDENTIFICADO.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DAS CONDIÇÕES PACTUADAS, ERRO DE EXECUÇÃO, MORA NA EXECUÇÃO, A AUTARQUIA MUNICIPAL PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR À CREDENCIADA AS SEGUINTE PENALIDADES:

I - ADVERTÊNCIA;

II - MULTA DE 0,3% (ZERO VÍRGULA TRÊS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO E POR OCORRÊNCIA DE FATO EM DESACORDO COM O PROPOSTO E O ESTABELECIDO NO CONTRATO, ATÉ O MÁXIMO DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RECOLHIDA NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, UMA VEZ COMUNICADA OFICIALMENTE;

III - MULTA DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA DE EMPENHO, NO CASO DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO CONTRATADO, RECOLHIDA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADO DA COMUNICAÇÃO OFICIAL, SEM EMBARGO DE INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS PORVENTURA CAUSADOS À CONTRATANTE, E AINDA SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/21;

IV - MULTA DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO QUANDO O INADIMPLEMENTO ENSEJAR A RESCISÃO CONTRATUAL;

V - A CREDENCIADA ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DESTE OBJETO, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

§ 1º - AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS "I" E "V" DESTA CLÁUSULA PODERÃO SER APLICADAS JUNTAMENTE COM AS DOS INCISOS "II" A "IV", FACULTADA A DEFESA PRÉVIA DA CREDENCIADA, NO RESPECTIVO PROCESSO, NO PRAZO



DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS;

§ 2º - A MULTA DEVIDA SERÁ DESCONTADA DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONTRATANTE OU QUANDO FOR O CASO, COBRADA JUDICIALMENTE;

§ 3º - A CRITÉRIO DA CONTRATANTE, PODERÃO SER SUSPENSAS AS PENALIDADES, NO TODO OU EM PARTE, QUANDO O ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FOR DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELA CREDENCIADA, POR ESCRITO, NO PRAZO MÁXIMO ATÉ 05 (CINCO) DIAS DA OCORRÊNCIA DO EVENTO E ACEITO PELA CONTRATANTE, QUE FIXARÁ NOVO PRAZO, ESTE IMPRORRÓGAVEL, PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.

16.2 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, SERÁ APLICADA A **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES/CHAMAMENTO PÚBLICO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA** A CREDENCIADA QUE: **I)** SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADA HABILITADA E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE; **II)** NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA.

16.2.1 CABERÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA PROPOSTA À CREDENCIADA QUE SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADA HABILITADA E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, SEM PREJUÍZO DE INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR EM CASO DE PERDAS E DANOS DECORRENTES DA RECUSA E DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ 2 (DOIS) ANOS, GARANTIDA A AMPLA DEFESA.

16.3 ALÉM DAS JÁ ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO SUJEITAM-SE A CREDENCIADA INADIMPLENTE AS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS PRECONIZADAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI FEDERAL Nº 8.078 DE 11/09/90;

16.4 SE DISCORDAR DAS PENALIDADES QUE PORVENTURA LHE TENHAM SIDO APLICADAS, PODERÁ A CREDENCIADA APRESENTAR RECURSO, SEM EFEITO SUSPENSIVO, À AUTORIDADE COMPETENTE ATRAVÉS DA QUE LHE TENHA DIRIGIDO A RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, DESDE QUE O FAÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E DENTRO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

17 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

17.1 A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJARÁ SUA RESCISÃO, COM AS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI 14.133/21 NA FORMA A SEGUIR:

§ 1º - **SÃO MOTIVOS PARA A RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO:**

I - NÃO CUMPRIMENTO OU CUMPRIMENTO IRREGULAR DE NORMAS EDITALÍCIAS OU DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, DE ESPECIFICAÇÕES, DE PROJETOS OU DE PRAZOS;

II - DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES EMITIDAS PELA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR SUA EXECUÇÃO OU POR AUTORIDADE SUPERIOR;

III - ALTERAÇÃO SOCIAL OU MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA EMPRESA QUE RESTRINJA SUA CAPACIDADE DE CONCLUIR O CONTRATO;

IV - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU DE INSOLVÊNCIA CIVIL, DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU FALECIMENTO;

V - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADOS, IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

VI - (...);



VII - (...);

VIII - RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, JUSTIFICADAS PELA AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE CONTRATANTE;

IX - NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OU PARA APRENDIZ.

A) A CREDENCIADA TERÁ DIREITO À EXTINÇÃO DO CONTRATO NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

I - SUPRESSÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, DE OBRAS, SERVIÇOS OU COMPRAS QUE ACARRETE MODIFICAÇÃO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO ART. 125 DA LEI 14.133/21;

II - SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, POR ORDEM ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO SUPERIOR A 3 (TRÊS) MESES;

III - REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM 90 (NOVENTA) DIAS ÚTEIS, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÃO PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTAS DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS;

IV - ATRASO SUPERIOR A 2 (DOIS) MESES, CONTADO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, DOS PAGAMENTOS OU DE PARCELAS DE PAGAMENTOS DEVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO POR DESPESAS DE OBRAS, SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS;

V - (...).

A) AS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO A QUE SE REFEREM OS INCISOS II, III E IV DO § 2º DESTE ARTIGO OBSERVARÃO AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

I - NÃO SERÃO ADMITIDAS EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, DE GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU DE GUERRA, BEM COMO QUANDO DECORREREM DE ATO OU FATO QUE A CREDENCIADA TENHA PRATICADO, DO QUAL TENHA PARTICIPADO OU PARA O QUAL TENHA CONTRIBUÍDO;

II - ASSEGURARÃO À CREDENCIADA O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ A NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, ADMITIDO O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, NA FORMA DA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO **CAPUT** DO ART. 124 DA LEI 14.133/21.

PARÁGRAFO ÚNICO. OS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

§ 2º - A EXTINÇÃO DO CONTRATO PODERÁ SER:

I - DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITO DA ADMINISTRAÇÃO, EXCETO NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DECORRENTE DE SUA PRÓPRIA CONDUTA;

II - CONSENSUAL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, POR CONCILIAÇÃO, POR MEDIAÇÃO OU POR COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, DESDE QUE HAJA INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO;

III - DETERMINADA POR DECISÃO ARBITRAL, EM DECORRÊNCIA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA OU COMPROMISSO ARBITRAL, OU POR DECISÃO JUDICIAL.

A) A EXTINÇÃO DETERMINADA POR ATO UNILATERAL DA ADMINISTRAÇÃO E A EXTINÇÃO CONSENSUAL DEVERÃO SER PRECEDIDAS DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE E REDUZIDAS A TERMO NO RESPECTIVO PROCESSO.

B) QUANDO A EXTINÇÃO DECORRER DE CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO, A CREDENCIADA SERÁ RESSARCIDA PELOS PREJUÍZOS REGULARMENTE COMPROVADOS QUE HOUVER SOFRIDO E TERÁ DIREITO A:



I - DEVOLUÇÃO DA GARANTIA;

II - PAGAMENTOS DEVIDOS PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO ATÉ A DATA DE EXTINÇÃO;

III - PAGAMENTO DO CUSTO DA DESMOBILIZAÇÃO.

16.2 O CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO, AINDA, POR MÚTUO ACORDO, ATENDIDA A CONVENIÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RECEBENDO A CREDENCIADA O VALOR DA CORRESPONDENTE QUANTIDADE DE SERVIÇOS EXECUTADOS.

16.3 SE A CREDENCIADA TRANSFERIR A TERCEIROS, NO TODO OU EM PARTES, O DIREITO DO PRESENTE CONTRATO, SEM PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATANTE, BEM COMO SE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES E DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS.

16.4 POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR, FATO SUPERVENIENTE OU FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS PODERÁ A CONTRATANTE SUSPENDER O CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO UNILATERALMENTE, MEDIANTE PRÉVIO AVISO DE 30 (TRINTA) DIAS À CREDENCIADA.

PARÁGRAFO ÚNICO.

I. OS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

II. A EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL DEVERÁ SER PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE.

18 DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

18.1 AS CREDENCIADAS DEVERÃO EXECUTAR OS SERVIÇOS COM A DEVIDA DILIGÊNCIA E OBSERVAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS, CUMPRINDO PRAZOS E ACORDOS DE CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E INFORMAÇÕES.

18.2 A CONTRATANTE PODERÁ, A SEU CRITÉRIO, PROCEDER À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS CREDENCIADAS, QUE SERÃO DELA INFORMADOS.

18.3 VERIFICADO O DESEMPENHO INSATISFATÓRIO, A CREDENCIADA SERÁ NOTIFICADA E DEVERÁ APRESENTAR JUSTIFICATIVA FORMAL NO PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS.

18.4 O DESEMPENHO INSATISFATÓRIO NA AVALIAÇÃO PODERÁ IMPLICAR NA RESTRIÇÃO OU ALTERAÇÃO DO PAGAMENTO DO SERVIÇO REALIZADO, ASSIM COMO NA RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 14133/21.

19 DA VIGÊNCIA

19.1 O(S) CONTRATO(S) A SER (EM) FIRMADO(S) COM A(S) ENTIDADE(S) SELECIONADA(S) TERÁ(ÃO) VIGÊNCIA DE **ATÉ 12 (DOZE) MESES**, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

19.2 O PRAZO PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, QUANDO SOLICITADO PELA CREDENCIADA OU PELA CONTRATANTE COM CONIVÊNCIA COMPROVADA DA CREDENCIADA, E DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO PELA CONTRATANTE, ATRAVÉS DE TERMOS ADITIVOS E DESDE QUE ATENDIDOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

I: INEXISTA NA ESTRITA ORDEM DE CREDENCIAMENTO, DE CREDENCIADO APTO A CONTRATAÇÃO, GARANTIDA ASSIM A ROTATIVIDADE ENTRE TODAS AS CREDENCIADAS, SEMPRE EXCLUÍDA A VONTADE DA CONTRATANTE NA DETERMINAÇÃO DA DEMANDA POR CREDENCIADO;

II: COMPROVAÇÃO NO ATO DA PRORROGAÇÃO QUE A CREDENCIADA MANTÉM REGULARES TODOS OS CRITÉRIOS EXIGIDOS NO ATO DA HABILITAÇÃO, MEDIANTE REAPRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA.



20 DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE

20.1 OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, DE FORMA SUMÁRIA, CONFORME SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS, JUNTAMENTE COM A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, PELO(A) RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA ESTUDO TÉCNICO.

20.2 OS SERVIÇOS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, INCLUSIVE DURANTE A EXECUÇÃO, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO, DEVENDO SER CORRIGIDOS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DA CREDENCIADA, ÀS SUAS CUSTAS, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.

20.3 NO CASO DE CONTROVÉRSIA SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, QUANTO À DIMENSÃO, QUALIDADE E QUANTIDADE, DEVERÁ SER OBSERVADO O TEOR DO ART. 143 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, COMUNICANDO-SE À EMPRESA PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL NO QUE SE REFERE À PARCELA INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO DO OBJETO, PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

20.4 O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DO SERVIÇO NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO-PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

LIQUIDAÇÃO

20.5 RECEBIDA A NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, CORRERÁ O PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO.

20.6 PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO, O SETOR COMPETENTE DEVERÁ VERIFICAR SE A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE APRESENTADO EXPRESSA OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS E ESSENCIAIS DO DOCUMENTO, TAIS COMO:

- O PRAZO DE VALIDADE;
- A DATA DA EMISSÃO;
- OS DADOS DO CONTRATO E DO ÓRGÃO CONTRATANTE;
- O PERÍODO RESPECTIVO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- O VALOR A PAGAR; E
- EVENTUAL DESTAQUE DO VALOR DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS CABÍVEIS.

20.6.1 A NOTA FISCAL DEVERÁ SER EMITIDA DE ACORDO COM DECRETO MUNICIPAL Nº 608/2023, O QUAL ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234 DE 11 DE JANEIRO DE 2012 E ALTERAÇÕES POSTERIORES;**

20.6.2 A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DEVERÁ SER DESTACADA NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL OBSERVANDO OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NO CITADO DECRETO;

20.6.3 CASO A CREDENCIADA SEJA IMUNE, ISENTO E/OU POSSUA DISPENSA ATRAVÉS DE AMPARO LEGAL, O MESMO DEVERÁ INDICAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DA NOTA FISCAL. NA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DA FAZENDA, PROCEDERÁ A RETENÇÃO DO IMPOSTO CONFORME AS ALÍQUOTAS CONTIDAS NO ANEXO I DA CITADA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

20.7 HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, OU CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, ESTA FICARÁ SOBRESTADA ATÉ QUE A CREDENCIADA PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS, REINICIANDO-SE O PRAZO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, SEM ÔNUS AO CONTRATANTE;



20.8 O PAGAMENTO SERÁ PRECEDIDO DE CONSULTA AO SICAF OU AOS SISTEMAS QUE GERAM AS CERTIDÕES NEGATIVAS, PARA COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

20.9 O PAGAMENTO EFETUADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA NÃO ISENTA A CREDENCIADA DE SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES.

20.10 É VEDADO À CREDENCIADA TRANSFERIR A TERCEIROS OS DIREITOS OU CRÉDITOS DECORRENTES DO CONTRATO.

20.11 EM CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO MOTIVADO EXCLUSIVAMENTE PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, E SUA APURAÇÃO SE FARÁ DESDE A DATA DE SEU VENCIMENTO ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EM QUE OS JUROS DE MORA SERÃO CALCULADOS À TAXA DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS, OU 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, MEDIANTE A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE FÓRMULAS:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I X N X VP, ONDE:

I = ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA;

TX = PERCENTUAL DA TAXA DE JUROS DE MORA ANUAL;

EM = ENCARGOS MORATÓRIOS;

N = Nº DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO;

VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO.

FORMA DE PAGAMENTO

20.12 O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA, PARA CRÉDITO EM BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE INDICADOS PELA CREDENCIADA.

20.13 SERÁ CONSIDERADA DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

20.14 QUANDO DO PAGAMENTO, SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

20.15 INDEPENDENTEMENTE DO PERCENTUAL DE TRIBUTO INSERIDO NA PLANILHA, QUANDO HOUVER, SERÃO RETIDOS NA FONTE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. A CREDENCIADA REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

21 DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

21.1 AS DESPESAS DECORRENTES DO OBJETO DESTE CHAMAMENTO, SERÃO CREDENCIADAS COM RECURSOS PROVENIENTES DAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS Nº:

REFERÊNCIA	ÓRGÃO	FUNCIONAL	AÇÃO	SUB-ELEMENTO		VÍNCULO
487	08.001	0010.0302.0060	2081	33390398000	HOSPEDAGENS	496

22 DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

22.1 A CRITÉRIO DA CONTRATANTE O PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO PODERÁ SER:

22.1.1 ADIADO, POR CONVENIÊNCIA EXCLUSIVA DA CONTRATANTE;

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338



22.1.2 REVOGADO, A JUÍZO DA CONTRATANTE, SE FOR CONSIDERADA INOPORTUNA OU INCONVENIENTE AO INTERESSE PÚBLICO, DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO, PERTINENTE E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR TAL CONDUTA;

22.2 ANULADO SE HOUVER ILEGALIDADE, DE OFÍCIO OU POR PROVOCAÇÃO DE TERCEIROS, MEDIANTE PARECER ESCRITO E DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO;

22.3 A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA PODERÁ, EM QUALQUER FASE, PROMOVER DILIGÊNCIAS DESTINADAS A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DE ASSUNTO RELACIONADO AO PRESENTE PROCEDIMENTO.

22.4 A CREDENCIADA É RESPONSÁVEL PELA FIDEDIGNIDADE E LEGITIMIDADE DAS INFORMAÇÕES E DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

22.5 O CREDENCIAMENTO NÃO ESTABELECE QUALQUER OBRIGAÇÃO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EFETIVAR A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO, FACE À SUA PRECARIIDADE E, POR ISSO, A QUALQUER MOMENTO, A CREDENCIADA OU AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE PODERÁ DENUNCIAR O CREDENCIAMENTO, INCLUSIVE QUANDO FOR CONSTATADA QUALQUER IRREGULARIDADE NA OBSERVÂNCIA E CUMPRIMENTO DAS NORMAS FIXADAS NO EDITAL E NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, SEM PREJUÍZO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

22.6 OS POSTULANTES AO CREDENCIAMENTO DEVEM OBSERVAR E OS CREDENCIADOS DEVEM OBSERVAR E FAZER OBSERVAR, POR SEUS FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS, SE ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO, O MAIS ALTO PADRÃO DE ÉTICA DURANTE TODO O PROCESSO ADMINISTRATIVO, DE CONTRATAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

22.7 PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

A) “PRÁTICA CORRUPTA”: OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

B) “PRÁTICA FRAUDULENTA”: A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

C) “PRÁTICA COLUSIVAS”: ESQUEMATIZAR OU ESTABELECE UM ACORDO ENTRE DOIS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECE PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO COMPETITIVOS;

D) “PRÁTICA COERCITIVA”: CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

E) “PRÁTICA OBSTRUTIVA”: DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DA UNIDADE GESTORA, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NA CLÁUSULA **DOS CONTRATOS VINCULADOS À MESMA**, ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DA UNIDADE GESTORA PROMOVER INSPEÇÃO.

22.8 QUAISQUER USUÁRIO OU CIDADÃO PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, DENUNCIAR IRREGULARIDADES NO FATURAMENTO OU NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS.

22.9 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O PRESENTE PROCEDIMENTO E QUAISQUER DADOS NECESSÁRIOS À COMPLEMENTAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES, 1º ANDAR DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SITO NO CENTRO CÍVICO JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA, Nº 25, CEP



86800-235, CENTRO, APUCARANA/PR. TELEFONES PARA CONTATO: TELEFONES: (43) 3308-1400/3422-4000 – RAMAL: 338.

22.10 OS ANEXOS FAZEM PARTE DO EDITAL INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.

22.11 INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

I: TERMO DE REFERÊNCIA;

II: MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO;

III: MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

IV: MINUTA DO CONTRATO;

V: RELAÇÃO DOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA QUE ATENDEM OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA/PR PARA TRATAMENTO MÉDICO CONTINUADO FORA DO DOMICÍLIO.

MUNICÍPIO DE APUCARANA, 23 DE OUTUBRO DE 2024.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 CONTRATAÇÃO DE (EMPRESA OU PESSOA FÍSICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES, TERMOS DA TABELA ABAIXO E DEMAIS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO:

Item	Especificação dos serviços	Unidade	Quantidade
01	Hospedagem em quarto individual (isolamento) , café da manhã, almoço, jantar e transporte para o hospital de referência ida e volta até a proponente contratada. A hospedagem será realizada em quarto individual (isolamento), cozinha, banheiros individualizados, adaptados às normas de acessibilidade. Os pacientes serão encaminhados pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, através do setor de tratamento fora de domicílio (TFD), para tratamento médico em Curitiba e Região Metropolitana.	DIÁRIAS	500
02	Hospedagem em quarto coletivo para pernoite , café da manhã, almoço, jantar e transporte para o hospital de referência ida e volta até a proponente contratada, além de opção para diária integral ou diária parcial (meio período). Os pacientes serão encaminhados pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, através do setor de tratamento fora de domicílio (TFD), para tratamento médico em Curitiba e Região Metropolitana.	DIÁRIAS	1.300

1.2 A OPÇÃO PELO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, O QUAL É CARACTERIZADO COMO UM PROCEDIMENTO AUXILIAR
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338



DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES REGIDAS PELA LEI FEDERAL 14.133/2021, SE DÁ PELO FATO DE AGREGAR O MÁXIMO DE INTERESSADOS QUALIFICADOS PARA PRESTAR SERVIÇOS À AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA.

1.3 OS SERVIÇOS OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SÃO CARACTERIZADOS COMO COMUM E DE BAIXA COMPLEXIDADE, CONFORME JUSTIFICATIVA CONSTANTE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

1.4 O OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADO POR ITEM.

1.5 O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADO DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO.

1.6 O CONTRATO OFERECE MAIOR DETALHAMENTO DAS REGRAS QUE SERÃO APLICADAS EM RELAÇÃO À VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

1.7 É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A PRESENTE CONTRATAÇÃO É DECORRENTE DA NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA. O OBJETIVO É ATENDER PACIENTES E ACOMPANHANTES QUE PRECISAM REALIZAR TRATAMENTO MÉDICO CONTINUADO FORA DO DOMICÍLIO, DE ACORDO COM AS SUAS NECESSIDADES, OFERTANDO ALÉM DE HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CONTRATADA. PARA QUE OS PACIENTES SEJAM ASSISTIDOS EM SEU TRATAMENTO CONFORME PRECONIZAÇÃO MÉDICA É NECESSÁRIA QUE A REFERIDA HOSPEDAGEM DISPONIBILIZE DE QUARTOS PARA PERNOITE, ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), TRANSPORTE PRÓPRIO PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA, DIÁRIAS DE HOSPEDAGEM DE MODO INTEGRAL E PARCIAL (MEIA-DIÁRIA) DE ACORDO COM O TEMPO PREVISTO PARA O TRATAMENTO. EM CONSONÂNCIA, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A REFERIDA HOSPEDAGEM EM CONTRATAÇÃO DISPONIBILIZE DE QUARTOS INDIVIDUAIS (ISOLAMENTO), BANHEIROS INDIVIDUALIZADOS, ADAPTADOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. VISTO QUE, ATENDERÁ TAMBÉM, PACIENTES IMUNODEPRIMIDOS (PACIENTES, CUJO MECANISMO NORMAL DE DEFESA CONTRA INFECÇÕES ENCONTRA-SE COMPROMETIDO, TRANSPLANTADOS, PÓS-CIRÚRGICOS OU EM FASE TERMINAL DE DOENÇA, QUE POSSUAM INDICAÇÃO MÉDICA DE ISOLAMENTO).

2.2 ESTIMA-SE A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO NA QUANTIDADE DE 500 DIÁRIAS PARA QUARTOS INDIVIDUAIS (ISOLAMENTO) E 1.300 DIÁRIAS PARA QUARTOS COLETIVOS. A QUANTIDADE É CALCULADA CONFORME AOS MESES DE VIGÊNCIA DO PROCESSO, VISTO QUE, A ESTIMATIVA É UMA BASE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES DOS ANOS DE 2022/2023 QUE FORAM CONSIDERADAS SATISFATÓRIAS PARA OS SERVIÇOS, SUPRINDO À NECESSIDADE DOS PACIENTES E A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO EM QUESTÃO. ENFATIZAMOS QUE O LEVANTAMENTO DAS DIÁRIAS NÃO É TOTALMENTE PRECISO, PELO FATO QUE O TRATAMENTO PARA OS PACIENTES E SEUS ACOMPANHANTES EM QUESTÃO É SOLICITADO CONFORME A DEMANDA E NECESSIDADE DOS SERVIÇOS. HÁ UMA IMPREVISIBILIDADE QUANTO ÀS DEMANDAS, POIS AS MESMAS ATENDEM AOS PACIENTES QUE REALIZARÃO CIRURGIAS DIVERSAS, E OS POSSÍVEIS CASOS QUE SURTEM PARA OUTROS TIPOS DE ATENDIMENTO MÉDICO (CONSULTAS, EXAMES, ENTRE OUTROS).



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO.

3.1 A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO SE ENCONTRA PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, APÊNDICE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 A CREDENCIADA DEVE ATENDER OS SEGUINTE REQUISITOS ELENCADOS ABAIXO.

4.1.1 DO SERVIÇO DE RECEPÇÃO:

- ATENDIMENTO DE 24 HORAS PARA RECEPÇÃO AO USUÁRIO;

4.1.2 DO SERVIÇO DE TRANSPORTE:

- TRANSPORTE DA CASA DE APOIO A HOSPITAIS E CLÍNICAS, IDA E VOLTA DAS 06H00 ÀS 20H00;

- SERVIÇO REGULAMENTADO E AUTORIZADO PELA URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;

- FROTA PRÓPRIA COM MÍNIMO DE 01 (UM) VEÍCULO DE LOTAÇÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) PESSOAS E DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO PARA APOIO;

- MOTORISTAS CERTIFICADOS PARA ATUAREM NO TRANSPORTE COLETIVO;

- VEÍCULO COM ACESSIBILIDADE TOTAL: ELEVADOR PARA A PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA;

- SEGURO PARA OS PASSAGEIROS;

- PONTUALIDADE NO TRANSLADO DOS PACIENTES CONFORME HORÁRIO AGENDADO DA CONSULTA E/OU EXAMES E NO HORÁRIO DE RECOLHIMENTO PARA RETORNO À PENSÃO.

4.1.3 DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO:

- NO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) REFEIÇÕES – CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR, SERVIDO EM SISTEMA BUFFET LIVRE;

- CARDÁPIOS VARIADOS COM ACOMPANHAMENTO DE NUTRICIONISTA E DE ACORDO COM OS PADRÕES DE HIGIENE E SAÚDE NORMATIZADAS PELA DIVISÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

- USO DA COZINHA PARA USUÁRIOS, PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS ESPECÍFICOS;

- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR: CAFÉ – DAS 06H00 ÀS 09H; ALMOÇO – DAS 11H00 ÀS 14H00; JANTAR – DAS 18H00 ÀS 19H30MIN;

- HORÁRIOS PARA REFEIÇÕES FLEXÍVEIS PARA ATENDER AOS PACIENTES QUE EM VIRTUDE DE ATRASO DEVIDO ÀS CONDIÇÕES DE TRÂNSITO, AGENDAMENTO DE CONSULTA, OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NÃO POSSAM ESTAR PRESENTES EM HORÁRIO RESTRITO;

4.1.4 OUTROS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM:

- LAVANDERIA PARA USUÁRIOS;

- TROCA DIÁRIA DE ROUPAS DE CAMA;

- É TERMINANTEMENTE PROIBIDA À COBRANÇA DE VALORES COMPLEMENTARES CONTRA O PACIENTE E/OU ACOMPANHANTE, A QUALQUER TÍTULO, QUAIS SEJAM: TAXAS, ENCARGOS, DESPESAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS, ENTRE OUTROS, SOB AS PENAS DA LEI;

- AS CREDENCIADAS DEVEM MANTER AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS AMBIENTES EM BOAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA, ORGANIZAÇÃO, CONFORTO, LIMPEZA E HIGIENE.



GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.2 NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

4.3 OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

SÃO OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO CONTRATADO:

I - EXECUTAR OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU DA ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS CONSTANTES DO EDITAL;

II - SER RESPONSÁVEL, EM RELAÇÃO AOS SEUS TÉCNICOS E AO SERVIÇO, POR TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS, TAIS COMO: SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS, TAXAS, IMPOSTOS, SEGUROS, SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E OUTROS QUE VENHAM A INCIDIR SOBRE O OBJETO DO CONTRATO DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO;

III - RESPONDER POR QUAISQUER PREJUÍZOS QUE SEUS EMPREGADOS OU PREPOSTOS VIEREM A CAUSAR AO PATRIMÔNIO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE AÇÃO OU OMISSÃO CULPOSA OU DOLOSA, PROCEDENDO IMEDIATAMENTE AOS REPAROS OU INDENIZAÇÕES CABÍVEIS E ASSUMINDO O ÔNUS DECORRENTE;

IV - MANTER, DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, TODAS AS CONDIÇÕES QUE ENSEJARAM O CREDENCIAMENTO, EM ESPECIAL NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL E CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, QUANDO COUBER;

V - JUSTIFICAR À AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA EVENTUAIS MOTIVOS DE FORÇA MAIOR QUE IMPEÇAM A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO OU O FORNECIMENTO DO BEM, OBJETO DO CONTRATO, APRESENTANDO NOVO CRONOGRAMA PARA A ASSINATURA DE EVENTUAL TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO;

VI - RESPONSABILIZAR-SE INTEGRALMENTE PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO-LHE PROIBIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO SEM PREVISÃO EDITALÍCIA E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA;

VII - MANTER DISCIPLINA NOS LOCAIS DOS SERVIÇOS, QUANDO FOR O CASO, RETIRANDO IMEDIATAMENTE APÓS NOTIFICAÇÃO, QUALQUER EMPREGADO CONSIDERADO COM CONDUTA INCONVENIENTE PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA;

VIII - CUMPRIR OU ELABORAR EM CONJUNTO COM O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE O PLANEJAMENTO E A PROGRAMAÇÃO DO TRABALHO A SER REALIZADO, BEM COMO A DEFINIÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS;

IX - CONDUZIR OS TRABALHOS EM HARMONIA COM AS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, DE MODO A NÃO CAUSAR TRANSTORNOS AO ANDAMENTO NORMAL DE SEUS SERVIÇOS, QUANDO FOR O CASO;

X - APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, RELAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS, INDICANDO OS CARGOS, FUNÇÕES E RESPECTIVOS NOMES COMPLETOS, BEM COMO, O DEMONSTRATIVO DO TEMPO ALOCADO E CRONOGRAMA RESPECTIVO, QUANDO COUBER;

XI - MANTER AS INFORMAÇÕES E DADOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE EM CARÁTER DE ABSOLUTA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, FICANDO PROIBIDA A SUA DIVULGAÇÃO PARA TERCEIROS, POR QUALQUER MEIO, OBRIGANDO-SE, AINDA, A EFETUAR A ENTREGA PARA A CONTRATANTE DE TODOS OS DOCUMENTOS ENVOLVIDOS, EM ATO SIMULTÂNEO À ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL OU DO TRABALHO CONTRATADO;



XII - OBSERVAR O ESTRITO ATENDIMENTO DOS VALORES E OS COMPROMISSOS MORAIS QUE DEVEM NORTEAR AS AÇÕES DO CONTRATADO E A CONDUTA DE SEUS FUNCIONÁRIOS NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO CONTRATO.

4.4 DA CONTRATANTE

SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONTRATO POR 01 (UM) OU MAIS FISCAIS DO CONTRATO, REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO ESPECIALMENTE DESIGNADOS CONFORME REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 7º DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, OU PELOS RESPECTIVOS SUBSTITUTOS, PERMITIDA A CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA ASSISTI-LOS E SUBSIDIÁ-LOS COM INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESSA ATRIBUIÇÃO;

II - PROPORCIONAR TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PARA QUE O CREDENCIADO CONTRATADO POSSA CUMPRIR O ESTABELECIDO NO CONTRATO;

III - PRESTAR TODAS AS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A FIEL EXECUÇÃO CONTRATUAL, QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELO CONTRATADO;

IV - FORNECER OS MEIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, PELO CONTRATADO, DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO;

V - GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS EMPREGADOS DO CONTRATADO NAS DEPENDÊNCIAS DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES CONTRATANTES, QUANDO NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO;

VI - EFETUAR OS PAGAMENTOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, DENTRO DOS PRAZOS PREVISTOS NO CONTRATO, NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E NA LEGISLAÇÃO.

4.5 SANÇÕES

4.5.1 SERÃO UTILIZADAS AS SANÇÕES PREVISTAS NO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO, ENCAMINHADA ATRAVÉS DE CORREIO ELETRÔNICO AO ENDEREÇO INDICADO PELO CREDENCIADO.

5.1.1 A EXECUÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA NO SEGUINTE ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA, Nº 293 – BARRA FUNDA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO PERÍODO DAS 08:00 ÀS 12:00HS E DAS 13:00 ÀS 18:00HS.

5.2 CASO NÃO SEJA POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DO MESMO NA DATA ASSINALADA, A EMPRESA DEVERÁ COMUNICAR AS RAZÕES RESPECTIVAS COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA PARA QUE QUALQUER PLEITO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEJA ANALISADO, RESSALVADAS SITUAÇÕES DE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.3 O PRAZO DE GARANTIA É AQUELE ESTABELECIDO NA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 APÓS HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO, A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA PODERÁ DAR INÍCIO AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, POR MEIO DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO OU INSTRUMENTO CONTRATUAL EQUIVALENTE.

6.2 O CREDENCIAMENTO NÃO GARANTE SUA EFETIVA CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE INTERESSADA NA CONTRATAÇÃO.



6.3 A CONTRATAÇÃO DO CREDENCIADO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR VONTADE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE E DESDE QUE ESTEJA EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO.

6.4 A CONTRATAÇÃO DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO OBEDECERÁ ÀS REGRAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DESTE REGULAMENTO E DOS TERMOS DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL/ORDEM DE SERVIÇO, ANEXA AO RESPECTIVO EDITAL.

6.5 A ADMINISTRAÇÃO CONVOCARÁ O CREDENCIADO NO PRAZO DEFINIDO NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PARA ASSINAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL, DENTRO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO E NO EDITAL, E DAR INÍCIO À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 156 E SEQUINTE DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

6.6 O CREDENCIADO CONTRATADO DEVERÁ INDICAR E MANTER PREPOSTO, ACEITO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

6.7 O INSTRUMENTO CONTRATUAL DEVERÁ SER ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIADO, E OBSERVARÁ A MINUTA CONTEMPLADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

6.8 A DIVULGAÇÃO NO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE APUCARANA É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA A EFICÁCIA DO CONTRATO E DE SEUS ADITAMENTOS E DEVERÁ OCORRER NO PRAZO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS DA DATA DE SUA ASSINATURA.

6.9 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ EXIGIR, MEDIANTE PREVISÃO NO EDITAL, PRESTAÇÃO DE GARANTIA NAS CONTRATAÇÕES ORIUNDAS DO CREDENCIAMENTO.

6.10 A GARANTIA SOMENTE SERÁ LIBERADA APÓS A EMISSÃO, PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA INTERESSADA NA CONTRATAÇÃO, DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, COM INFORMAÇÃO, SE FOR O CASO, DO TEMPO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, DESDE QUE NÃO HAJA PENDÊNCIAS DO CREDENCIADO CONTRATADO.

6.11 NO CASO DA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA INTERESSADA NA CONTRATAÇÃO, POR TEREM SIDO APLICADAS PENALIDADES AO CREDENCIADO CONTRATADO, ESTE SERÁ NOTIFICADO PARA REPOR A GARANTIA NO MONTANTE ORIGINAL, EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, SOB PENA DE RESCISÃO CONTRATUAL E DESCRENCIAMENTO, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES.

6.12 O CONTRATO DEVERÁ SER EXECUTADO FIELMENTE PELAS PARTES, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS AVENÇADAS E AS NORMAS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, SENDO QUE CADA PARTE RESPONDERÁ PELAS CONSEQUÊNCIAS DE SUA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL.

6.13 A FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL SEGUIRÁ O CONTIDO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023.

6.14 SÃO INDICADOS PARA FISCALIZAÇÃO:

GESTOR: ANA KARINE ALVES VIEIRA, SUPERINTENDENTE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PORTADORA DO CPF Nº 087.232.129-00;

FISCAL ADMINISTRATIVA: PRISCILA ALVES PEREIRA, FISCAL DO CONTRATO, PORTADORA DO CPF Nº 044.551.499-02;

FISCAL TÉCNICA: ADRIANA COSTA, ADMINISTRATIVO TFD, PORTADORA DO CPF Nº 029.203.849-61.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, DE FORMA SUMÁRIA, NO ATO DA ENTREGA, JUNTAMENTE COM A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, PELO(A) RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA.

7.2 OS SERVIÇOS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, INCLUSIVE DURANTE A EXECUÇÃO, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA, DEVENDO SER CORRIGIDOS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA, ÀS SUAS CUSTAS, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.

7.3 NO CASO DE CONTROVÉRSIA SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, QUANTO À DIMENSÃO, QUALIDADE E QUANTIDADE, DEVERÁ SER OBSERVADO O TEOR DO ART. 143 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, COMUNICANDO-SE À EMPRESA PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL NO QUE SE REFERE À PARCELA INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO DO OBJETO, PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

7.4 O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DO SERVIÇO NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO-PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

LIQUIDAÇÃO

7.5 RECEBIDA A NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, CORRERÁ O PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO.

7.6 PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO, O SETOR COMPETENTE DEVERÁ VERIFICAR SE A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE APRESENTADO EXPRESSA OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS E ESSENCIAIS DO DOCUMENTO, TAIS COMO:

- O PRAZO DE VALIDADE;
- A DATA DA EMISSÃO;
- OS DADOS DO CONTRATO E DO ÓRGÃO CONTRATANTE;
- O PERÍODO RESPECTIVO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- O VALOR A PAGAR; E
- EVENTUAL DESTAQUE DO VALOR DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS CABÍVEIS.

7.6.1 A NOTA FISCAL DEVERÁ SER EMITIDA DE ACORDO COM DECRETO MUNICIPAL Nº 608/2023, O QUAL ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234 DE 11 DE JANEIRO DE 2012 E ALTERAÇÕES POSTERIORES;**

7.6.2 A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DEVERÁ SER DESTACADA NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL OBSERVANDO OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NO CITADO DECRETO;

7.6.3 CASO O FORNECEDOR SEJA IMUNE, ISENTO E/OU POSSUA DISPENSA ATRAVÉS DE AMPARO LEGAL, O MESMO DEVERÁ INDICAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DA NOTA FISCAL. NA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DA FAZENDA, PROCEDERÁ A RETENÇÃO DO IMPOSTO CONFORME AS ALÍQUOTAS CONTIDAS NO ANEXO I DA CITADA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

7.7 HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, OU CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, ESTA FICARÁ SOBRESTADA ATÉ QUE O CONTRATADO



PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS, REINICIANDO-SE O PRAZO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, SEM ÔNUS AO CONTRATANTE;

7.8 O PAGAMENTO SERÁ PRECEDIDO DE CONSULTA AO SICAF OU AOS SISTEMAS QUE GERAM AS CERTIDÕES NEGATIVAS, PARA COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

7.9 O PAGAMENTO EFETUADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA NÃO ISENTA A CONTRATADA DE SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES.

7.10 É VEDADO À CONTRATADA TRANSFERIR A TERCEIROS OS DIREITOS OU CRÉDITOS DECORRENTES DO CONTRATO.

7.11 EM CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO MOTIVADO EXCLUSIVAMENTE PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, E SUA APURAÇÃO SE FARÁ DESDE A DATA DE SEU VENCIMENTO ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EM QUE OS JUROS DE MORA SERÃO CALCULADOS À TAXA DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS, OU 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, MEDIANTE A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE FÓRMULAS:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I X N X VP, ONDE:

I = ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA;

TX = PERCENTUAL DA TAXA DE JUROS DE MORA ANUAL;

EM = ENCARGOS MORATÓRIOS;

N = Nº DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO;

VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO.

FORMA DE PAGAMENTO

7.12 O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA, PARA CRÉDITO EM BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE INDICADOS PELO CONTRATADO.

7.13 SERÁ CONSIDERADA DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

7.14 QUANDO DO PAGAMENTO, SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.15 INDEPENDENTEMENTE DO PERCENTUAL DE TRIBUTO INSERIDO NA PLANILHA, QUANDO HOVER, SERÃO RETIDOS NA FONTE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. O CONTRATADO REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1 CONFORME O ART. 208 DO DECRETO MUNICIPAL 936/2023, §3º, CASO NÃO SE PRETENDA A CONVOCAÇÃO, AO MESMO TEMPO, DE TODOS OS CREDENCIADOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU FORNECIMENTO DO BEM, SERÃO PROVIDAS POR MEIO DE SORTEIO POR OBJETO A SER CONTRATADO DE MODO QUE SEJA DISTRIBUÍDA POR PADRÕES ESTRITAMENTE IMPESSOAIS E ALEATÓRIOS, QUE FORMARÁ UMA LISTA PARA ORDEM DE CHAMADA PARA A EXECUÇÃO DE



CADA OBJETO, OBSERVANDO-SE SEMPRE O CRITÉRIO DE ROTATIVIDADE E OS SEGUINTE REQUISITOS:

I - OS CREDENCIADOS SERÃO CHAMADOS PARA EXECUTAR O OBJETO DE ACORDO COM SUA POSIÇÃO NA LISTA A QUE SE REFERE O §2º DESTE ARTIGO;

II - O CREDENCIADO SÓ SERÁ CHAMADO PARA EXECUTAR NOVO OBJETO APÓS OS DEMAIS CREDENCIADOS QUE JÁ ESTEJAM NA LISTA FOREM CHAMADOS;

III - A QUALQUER TEMPO UM INTERESSADO PODERÁ REQUERER SEU CREDENCIAMENTO E, SE OCORRER APÓS O SORTEIO, SERÁ POSICIONADO LOGO APÓS O(S) CREDENCIADO(S) COM MENOR NÚMERO DE DEMANDAS;

IV - O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OBSERVARÁ, QUANDO DA ALOCAÇÃO DA DEMANDA, AS CONDIÇÕES TÉCNICAS DOS CREDENCIADOS E DO SERVIÇO, BEM COMO A LOCALIDADE OU REGIÃO ONDE SERÃO EXECUTADOS OS TRABALHOS.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2 PARA FINS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, DEVERÁ O CREDENCIADO DEMONSTRAR OS REQUISITOS QUE COMPROVAM AMPLA APTIDÃO PROFISSIONAL A SEREM DE DESEMPENHADAS, BEM COMO APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DEMONSTRANDO QUE JÁ PRESTOU SERVIÇOS COM ESPECIFICAÇÕES IGUAIS OU SEMELHANTES AO OBJETO DESTE TERMO;

8.3 OS DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER DE ACORDO COM O ART. 145 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.3 O VALOR MÁXIMO DO CREDENCIAMENTO DO OBJETO NAS QUANTIDADES ESTIMADAS A SEREM CONTRATADAS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA SERÁ DE ATÉ **R\$ 236.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL REAIS)**, CONFORME DETALHADO NA PLANILHA ABAIXO:

ÓRGÃO	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA
TIPO	CREDENCIAMENTO
OBJETO	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.
VALOR TOTAL	R\$ 236.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL REAIS)

8.4 APÓS ANÁLISE DOS VALORES PRATICADOS NO MERCADO, CONSIDERANDO AS FONTES DE CONSULTA APRESENTADAS NA PLANILHA SUPRA COLACIONADA, O PREÇO FOI OBTIDO ATRAVÉS DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA, COMPARANDO O VALOR APRESENTADO COM OS VALORES CORRELATAS EM OUTRAS ENTIDADES, TENDO SIDO REALIZADA AS PESQUISAS NO PORTAL DE INFORMAÇÃO PARA TODOS (PIT) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DETALHADO EM TÓPICO ESPECÍFICO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANEXO I.

8.5 ESTES VALORES SÃO CONSIDERADOS ADEQUADOS E CONDIZENTES COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, GARANTINDO A EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM QUALIDADE E ECONOMICIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.



9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO, CONFORME INFORMAÇÕES REPASSADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO.

MUNICÍPIO DE APUCARANA, 23 DE OUTUBRO DE 2024.



ANEXO II

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.

À AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA

A ENTIDADE INTERESSADA ABAIXO QUALIFICADA REQUER SUA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 87/2024.

ENTIDADE: _____

ENDEREÇO COMERCIAL: _____

TELEFONE (CAMPO OBRIGATÓRIO): _____

E-MAIL (CAMPO OBRIGATÓRIO): _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CNPJ Nº: _____

_____, EM _____ DE _____ DE _____.

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

RG Nº _____

CPF Nº _____

TELEFONE: (_____) _____

E-MAIL: _____

ANEXO III

RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38811/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 87/2024

DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA:

- 1 – QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHOS NOTURNOS E MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 (QUATORZE) ANOS;
- 2 – QUE NÃO ESTÁ IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA OU INDIRETA, NÃO DECLARADA INIDÔNEA PELO PODER PÚBLICO DE NENHUMA ESFERA, BEM COMO INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO NO PRESENTE CREDENCIAMENTO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES;
- 3 - QUE POSSUI PROFISSIONAIS ADEQUADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR A RELAÇÃO NOMINAL E OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO;
- 4 – QUE ATENDE AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DEFINIDAS NO EDITAL DO PROCESSO EM REFERÊNCIA E NA LEI FEDERAL 14133/2021;
- 5 – QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS;
- 6 - QUE A MESMA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDORES OU EMPREGADOS COM VÍNCULO DIRETO OU INDIRETO, ATIVOS OU INATIVOS, COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

_____, EM ____ DE _____ DE 2024.

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARTICIPANTE

RG Nº _____

CPF Nº _____

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38811/2024

INEXIGIBILIDADE Nº XX/2024

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2023, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE APUCARANA E A ENTIDADE XXXXXXXXXXXXX

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO, VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024 DE UM LADO, A **AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, SEDIADA RUA ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA, Nº 293, BARRA FUNDA, CEP 86.800-490, NESTE MUNICÍPIO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 78.956.513/0001-68, A SEGUIR DENOMINADO SIMPLEMENTE **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE, **EMÍDIO ALBERTO BACHIEGA**, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE À RUA CRUZEIRO DO SUL, Nº 233, VALE DO SOL, CEP 86.803-060, NESTE MUNICÍPIO, PORTADOR DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº CPF 019.381.369-69 E CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 5.733.562-9-SSP/PR, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA *****, SITUADA À *****, **, *****, CEP *****, CIDADE *****, ESTADO DO **, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº *****, I.E. Nº *****, DORAVANTE DENOMINADA **CRENCIADA**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR(A). *****, RESIDENTE À *****, PORTADOR(A) DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº ***** E CÉDULA DE IDENTIDADE (RG) Nº *****, E PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO *****, PORTADOR(A) DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº ***** E CÉDULA DE IDENTIDADE (RG) Nº *****, DORAVANTE DESIGNADO SIMPLEMENTE CONTRATADA, CONVENCIONAM E MUTUAMENTE ESTIPULAM O SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1 CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM ATENDIMENTO DE 24 HORAS, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, SENDO ESTES ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) EM CONFORMIDADE COM ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO NOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO/R\$	VALOR TOTAL/R\$
01	500	DIÁRIAS	HOSPEDAGEM EM QUARTO INDIVIDUAL (ISOLAMENTO) , CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CONTRATADA. A HOSPEDAGEM SERÁ REALIZADA EM QUARTO INDIVIDUAL (ISOLAMENTO), COZINHA, BANHEIROS INDIVIDUALIZADOS, ADAPTADOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. OS PACIENTES SERÃO ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), PARA TRATAMENTO MÉDICO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.	160,00	80.000,00
02	1.300	DIÁRIAS	HOSPEDAGEM COLETIVO EM QUARTOS PARA PERNOITE , CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE PARA O HOSPITAL DE REFERÊNCIA IDA E VOLTA ATÉ A PROPONENTE CONTRATADA, ALÉM DE OPÇÃO PARA DIÁRIA INTEGRAL OU DIÁRIA PARCIAL (MEIO PERÍODO). OS PACIENTES SERÃO ENCAMINHADOS PELA AUTARQUIA	120,00	156.000,00



			MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, ATRAVÉS DO SETOR DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), PARA TRATAMENTO MÉDICO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.		
--	--	--	---	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 A PRESENTE RELAÇÃO JURÍDICA CONTRATUAL É DISCIPLINADA, INTEGRALMENTE, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023, PELA LEI FEDERAL Nº 8.080/90, PORTARIA FEDERAL Nº 1.286/93, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, FUNDAMENTA-SE NO **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024**, APLICANDO-SE, IGUALMENTE, A PRESENTE RELAÇÃO OS DEMAIS ATOS LEGISLATIVOS E NORMATIZADORES DE ORDEM PÚBLICA PERTINENTES.

2.2 OS CASOS E SITUAÇÕES OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS DE COMUM ACORDO RESPEITADO AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO CONSTANTE DESTA CLÁUSULA, REGULADOS PELOS PRECEITOS DE DIREITO PÚBLICO, APLICANDO-LHES, SUPLETIVAMENTE, OS PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E DISPOSIÇÕES DE DIREITO PRIVADO, NA FORMA PRECONIZADA PELO ART. 89 COMBINADO COM O INCISO III, DO ART. 92, DA LEI FEDERAL 14.133/21 EM CONJUNTO COM O DECRETO MUNICIPAL 936/2023.

2.3 A CONTRATANTE PROVIDENCIARÁ A PUBLICAÇÃO DESTE CONTRATO, POR EXTRATO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL DO MÊS SEGUINTE AO DE SUA ASSINATURA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O **VALOR TOTAL** PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERÁ DE ATÉ **R\$ 236.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL REAIS)**.

3.1.1 A CONTRATANTE SE RESERVA O DIREITO DE, A SEU CRITÉRIO, UTILIZAR OU NÃO A TOTALIDADE DA VERBA PREVISTA.

3.2 AS DESPESAS DECORRENTES DO OBJETO DESTE CREDENCIAMENTO, SERÃO CREDENCIADAS COM RECURSOS PROVENIENTES DAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS Nº:

REFERÊNCIA	ÓRGÃO	FUNCIONAL	AÇÃO	ELEMENTO		VÍNCULO
XXX	XX.XXX	XXXX.XXXX.XXXX	XXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX

CLÁUSULA QUARTA: CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, DE FORMA SUMÁRIA, NO ATO DA ENTREGA, JUNTAMENTE COM A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, PELO (A) RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA.

4.2 OS SERVIÇOS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, INCLUSIVE DURANTE A EXECUÇÃO, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA, DEVENDO SER CORRIGIDOS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA, ÀS SUAS CUSTAS, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.

4.3 NO CASO DE CONTROVÉRSIA SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, QUANTO À DIMENSÃO, QUALIDADE E QUANTIDADE, DEVERÃO SER OBSERVADOS O TEOR DO ART. 143 DA LEI Nº 14.133/2021, ASSIM COMO O ART. 260 DO DECRETO MUNICIPAL 936/2023, COMUNICANDO-SE À EMPRESA PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL NO QUE SE REFERE À PARCELA INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO DO OBJETO, PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

4.4 O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DO SERVIÇO NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO-PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

LIQUIDAÇÃO

4.5 RECEBIDA A NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, CORRERÁ O PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO.

4.6 PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO, O SETOR COMPETENTE DEVERÁ VERIFICAR SE A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE APRESENTADO EXPRESSA OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS E ESSENCIAIS DO DOCUMENTO, TAIS COMO:

- O PRAZO DE VALIDADE;
- A DATA DA EMISSÃO;
- OS DADOS DO CONTRATO E DO ÓRGÃO CONTRATANTE;
- O PERÍODO RESPECTIVO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- O VALOR A PAGAR; E
- EVENTUAL DESTAQUE DO VALOR DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS CABÍVEIS.

4.6.1 A NOTA FISCAL DEVERÁ SER EMITIDA DE ACORDO COM DECRETO MUNICIPAL Nº 608/2023, O QUAL ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234 DE 11 DE JANEIRO DE 2012 E ALTERAÇÕES POSTERIORES;**

4.6.2 A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DEVERÁ SER DESTACADA NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL OBSERVANDO OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NO CITADO DECRETO;

4.6.3 CASO O FORNECEDOR SEJA IMUNE, ISENTO E/OU POSSUA DISPENSA ATRAVÉS DE AMPARO LEGAL, O MESMO DEVERÁ INDICAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DA NOTA FISCAL. NA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DA FAZENDA, PROCEDERÁ A RETENÇÃO DO IMPOSTO CONFORME AS ALÍQUOTAS CONTIDAS NO ANEXO I DA CITADA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

4.7 HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, OU CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, ESTA FICARÁ SOBRESTADA ATÉ QUE A CONTRATADA PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS, REINICIANDO-SE O PRAZO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, SEM ÔNUS AO CONTRATANTE;

4.8 O PAGAMENTO SERÁ PRECEDIDO DE CONSULTA AO SICAF OU AOS SISTEMAS QUE GERAM AS CERTIDÕES NEGATIVAS, PARA COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

4.9 O PAGAMENTO EFETUADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA NÃO ISENTA A CONTRATADA DE SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES.

4.10 SOMOS VEDADOS À CONTRATADA TRANSFERIR A TERCEIROS OS DIREITOS OU CRÉDITOS DECORRENTES DO CONTRATO.

4.11 EM CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO MOTIVADO EXCLUSIVAMENTE PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, E SUA APURAÇÃO SE FARÁ DESDE A DATA DE SEU VENCIMENTO ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EM QUE OS JUROS DE MORA SERÃO CALCULADOS À TAXA DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS, OU 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, MEDIANTE A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE FÓRMULAS:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I X N X VP, ONDE:

I = ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA;

TX = PERCENTUAL DA TAXA DE JUROS DE MORA ANUAL;

EM = ENCARGOS MORATÓRIOS;

N = Nº DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO;

VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO.

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338**

FORMA DE PAGAMENTO

4.12 O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA, PARA CRÉDITO EM BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE, INDICADOS PELA CONTRATADA.

4.13 SERÃO CONSIDERADAS DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

4.14 QUANDO DO PAGAMENTO, SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

4.15 INDEPENDENTEMENTE DO PERCENTUAL DE TRIBUTOS INSERIDO NA PLANILHA, QUANDO HOUVER, SERÃO RETIDOS NA FONTE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. A CONTRATADA REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO PRAZO

5.1 OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS POR PROFISSIONAIS E POR MEIOS HABILITADOS, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA PROGRAMAÇÃO EXPEDIDA PELO RESPONSÁVEL DO REQUERENTE, **NOS LOCAIS ESPECIFICADOS PELA SOLICITANTE**, CONTADOS A PARTIR DA SOLICITAÇÃO FORMAL PROCEDIDA PELA FISCAL DO CONTRATO;

5.1.1 OS SERVIÇOS EXECUTADOS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, NO PRAZO DE **10 (DEZ) DIAS**, PELO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA.

5.1.2 OS SERVIÇOS EXECUTADOS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA, DEVENDO SER CORRIGIDOS NO **PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DA CREDENCIADA, ÀS SUAS CUSTAS, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.

5.1.3 OS SERVIÇOS EXECUTADOS SERÃO RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS**, CONTADOS DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO, APÓS A VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DO SERVIÇO E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO MEDIANTE TERMO CIRCUNSTANCIADO.

5.1.4 NA HIPÓTESE DE A VERIFICAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM ANTERIOR NÃO SER PROCEDIDA DENTRO DO PRAZO FIXADO, REPUTAR-SE-Á COMO REALIZADA, CONSUMANDO-SE O RECEBIMENTO DEFINITIVO NO DIA DO ESGOTAMENTO DO PRAZO.

5.1.5 O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO DO OBJETO NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES DA INCORRETA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.2 A CREDENCIADA DEVE ATENDER OS SEGUINTE REQUISITOS ELENCADOS ABAIXO:

5.2.1 DO SERVIÇO DE RECEPÇÃO:

- ATENDIMENTO DE 24 HORAS PARA RECEPÇÃO AO USUÁRIO;

5.2.2 DO SERVIÇO DE TRANSPORTE:

- TRANSPORTE DA CASA DE APOIO A HOSPITAIS E CLÍNICAS, IDA E VOLTA DAS 06H00 ÀS 20H00;

- SERVIÇO REGULAMENTADO E AUTORIZADO PELA URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;

- FROTA PRÓPRIA COM MÍNIMO DE 01 (UM) VEÍCULO DE LOTAÇÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) PESSOAS E DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO PARA APOIO;

- MOTORISTAS CERTIFICADOS PARA ATUAREM NO TRANSPORTE COLETIVO;

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338



- VEÍCULO COM ACESSIBILIDADE TOTAL: ELEVADOR PARA A PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA;

- SEGURO PARA OS PASSAGEIROS;

- PONTUALIDADE NO TRANSLADO DOS PACIENTES CONFORME HORÁRIO AGENDADO DA CONSULTA E/OU EXAMES E NO HORÁRIO DE RECOLHIMENTO PARA RETORNO À PENSÃO.

5.2.3 DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO:

- NO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) REFEIÇÕES – CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR, SERVIDO EM SISTEMA BUFFET LIVRE;

- CARDÁPIOS VARIADOS COM ACOMPANHAMENTO DE NUTRICIONISTA E DE ACORDO COM OS PADRÕES DE HIGIENE E SAÚDE NORMATIZADAS PELA DIVISÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

- USO DA COZINHA PARA USUÁRIOS, PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS ESPECÍFICOS;

- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR: CAFÉ – DAS 06H00 ÀS 09H; ALMOÇO – DAS 11H00 ÀS 14H00; JANTAR – DAS 18H00 ÀS 19H30MIN;

- HORÁRIOS PARA REFEIÇÕES FLEXÍVEIS PARA ATENDER AOS PACIENTES QUE EM VIRTUDE DE ATRASO DEVIDO ÀS CONDIÇÕES DE TRÂNSITO, AGENDAMENTO DE CONSULTA, OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NÃO POSSAM ESTAR PRESENTES EM HORÁRIO RESTRITO;

5.2.4 OUTROS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM:

- LAVANDERIA PARA USUÁRIOS;

- TROCA DIÁRIA DE ROUPAS DE CAMA;

- É TERMINANTEMENTE PROIBIDA À COBRANÇA DE VALORES COMPLEMENTARES CONTRA O PACIENTE E/OU ACOMPANHANTE, A QUALQUER TÍTULO, QUAIS SEJAM: TAXAS, ENCARGOS, DESPESAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS, ENTRE OUTROS, SOB AS PENAS DA LEI;

- AS CREDENCIADAS DEVEM MANTER AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS AMBIENTES EM BOAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA, ORGANIZAÇÃO, CONFORTO, LIMPEZA E HIGIENE.

5.3 A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DAR-SE-Á PELA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE SOLICITADA E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO PELA FISCAL DO CONTRATO;

5.3.1 CABERÁ À FISCAL DO CONTRATO REJEITAR O SERVIÇO PRESTADO EM DESACORDO COM O OBJETO CONSTANTE E INFORMAR O DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PARA QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

5.3.2 A FISCAL DO CONTRATO DEVERÁ CHECAR O SERVIÇO SOLICITADO JUNTAMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-E. CASO NÃO TENHA RECEBIDO A NOTA FISCAL ELETRÔNICA, DEVERÁ COMUNICAR EXPRESSAMENTE O DEPARTAMENTO DE COMPRAS PARA PROVIDÊNCIAS.

5.4 A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ OBSERVAR AS ESPECIFICAÇÕES DESTES INSTRUMENTOS E AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LEI FEDERAL Nº 8.078 DE 11/09/90, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS E PREVISTAS EM LEI ESPECIAL, QUANDO FOR O CASO.

5.5 NO CURSO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONSTANTE NO CONTRATO CABERÁ AO MUNICÍPIO, DIRETAMENTE OU POR QUEM VIER A INDICAR, O DIREITO DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, SEM PREJUÍZO DAQUELA EXERCIDA PELA CREDENCIADA.

5.6 A AUTARQUIA COMUNICARÁ A CREDENCIADA, POR ESCRITO, AS DEFICIÊNCIAS PORVENTURA VERIFICADAS NOS SERVIÇOS, SEM

PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

5.7 O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO DESDE QUE ATENDIDOS OS CRITÉRIOS PREVISTO NO SUBITEM 9.2 DESTE INSTRUMENTO.

5.8 A PRESENÇA DA FISCALIZAÇÃO DA AUTARQUIA NÃO ELIDE NEM DIMINUI A RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA.

5.9 FISCAL ADMINISTRATIVA: PRISCILA ALVES PEREIRA, PORTADORA DO CPF Nº 044.551.499-02; FISCAL TÉCNICA: ADRIANA COSTA, ADMINISTRATIVO TFD, PORTADORA DO CPF Nº 029.203.849-61.

5.10 GESTORA: ANA KARINE ALVES VIEIRA, SUPERINTENDENTE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PORTADORA DO CPF Nº 087.232.129-00.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

ALÉM DAS NATURALMENTE DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

6.1 EXECUTAR OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU DA ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS CONSTANTES DO EDITAL;

6.2 SER RESPONSÁVEL, EM RELAÇÃO AOS SEUS TÉCNICOS E AO SERVIÇO, POR TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS, TAIS COMO: SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS, TAXAS, IMPOSTOS, SEGUROS, SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E OUTROS QUE VENHAM A INCIDIR SOBRE O OBJETO DO CONTRATO DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO;

6.3 RESPONDER POR QUAISQUER PREJUÍZOS QUE SEUS EMPREGADOS OU PREPOSTOS VIEREM A CAUSAR DECORRENTES DE AÇÃO OU OMISSÃO CULPOSA OU DOLOSA, PROCEDENDO IMEDIATAMENTE AOS REPAROS OU INDENIZAÇÕES CABÍVEIS E ASSUMINDO O ÔNUS DECORRENTE;

6.4 MANTER, DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, TODAS AS CONDIÇÕES QUE ENSEJARAM O CREDENCIAMENTO, EM ESPECIAL NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL E CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, QUANDO COUBER;

6.5 JUSTIFICAR A AUTARQUIA EVENTUAIS MOTIVOS DE FORÇA MAIOR QUE IMPEÇAM A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO OU O FORNECIMENTO DO BEM, OBJETO DO CONTRATO, APRESENTANDO NOVO CRONOGRAMA PARA A ASSINATURA DE EVENTUAL TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO;

6.6 RESPONSABILIZAR-SE INTEGRALMENTE PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO-LHE PROIBIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO SEM PREVISÃO EDITALÍCIA E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA;

6.7 MANTER DISCIPLINA NOS LOCAIS DOS SERVIÇOS, QUANDO FOR O CASO, RETIRANDO IMEDIATAMENTE APÓS NOTIFICAÇÃO, QUALQUER EMPREGADO CONSIDERADO COM CONDUTA INCONVENIENTE PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA;

6.8 CUMPRIR OU ELABORAR EM CONJUNTO COM O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE O PLANEJAMENTO E A PROGRAMAÇÃO DO TRABALHO A SER REALIZADO, BEM COMO A DEFINIÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS;

6.9 CONDUZIR OS TRABALHOS EM HARMONIA COM AS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, DE MODO A NÃO CAUSAR TRANSTORNOS AO ANDAMENTO NORMAL DE SEUS SERVIÇOS, QUANDO FOR O CASO;

6.10 APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA CONTRATANTE, RELAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS, INDICANDO OS CARGOS, FUNÇÕES E RESPECTIVOS NOMES COMPLETOS, BEM COMO, O DEMONSTRATIVO DO TEMPO ALOCADO E CRONOGRAMA RESPECTIVO, QUANDO COUBER;

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338**



6.11 MANTER AS INFORMAÇÕES E DADOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE EM CARÁTER DE ABSOLUTA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, FICANDO PROIBIDA A SUA DIVULGAÇÃO PARA TERCEIROS, POR QUALQUER MEIO, OBRIGANDO-SE, AINDA, A EFETUAR A ENTREGA PARA A CONTRATANTE DE TODOS OS DOCUMENTOS ENVOLVIDOS, EM ATO SIMULTÂNEO À ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL OU DO TRABALHO CONTRATADO;

6.12 OBSERVAR O ESTRITO ATENDIMENTO DOS VALORES E OS COMPROMISSOS MORAIS QUE DEVEM NORTEAR AS AÇÕES DA CONTRATADA E A CONDUTA DE SEUS FUNCIONÁRIOS NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO CONTRATO.

6.13 OS EXAMES DEVERÃO SER ENCAMINHADOS ATRAVÉS DE IMPRESSO PADRÃO.

6.14 QUAISQUER ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTE/USUÁRIOS QUE NÃO TENHAM OBEDECIDO AO FLUXO CONVENIADO DEVERÃO SER OBJETO DE ANÁLISE PARA AVALIAÇÃO, PODENDO SER AUTORIZADOS POSTERIORMENTE.

6.15 OS IMPRESSOS PADRÃO DEVERÃO SER PREENCHIDOS PELO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE (AMS).

6.16 A ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS SOMENTE OCORRERÁ APÓS CONFERÊNCIA DOS QUANTITATIVOS E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, DEVENDO SER RECUSADO O QUE NÃO ATENDER ÀS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, OU QUE SE MOSTRE INCOMPATÍVEL COM OS PADRÕES DE QUALIDADE ACEITÁVEIS.

6.17 O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DAR-SE-Á PELA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE SOLICITADA E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO PELO GESTOR DO CONTRATO, QUE DEVERÁ SER ANOTADA EM “RELATÓRIO” A SER EFETIVADO PELA EMPRESA PARTICIPANTE VENCEDORA, VISANDO O CONTROLE DA EXECUÇÃO;

ALÉM DAS NATURALMENTE DECORRENTES DO CONTRATO, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.22 ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONTRATO POR 01 (UM) OU MAIS FISCAL DO CONTRATO, REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO ESPECIALMENTE DESIGNADOS CONFORME REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 7º DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, OU PELOS RESPECTIVOS SUBSTITUTOS PERMITIDOS A CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA ASSISTI-LOS E SUBSIDIÁ-LOS COM INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESSA ATRIBUIÇÃO;

6.23 PROPORCIONAR TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PARA QUE A CREDENCIADA POSSA CUMPRIR O ESTABELECIDO NO CONTRATO;

6.24 PRESTAR TODAS AS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A FIEL EXECUÇÃO CONTRATUAL, QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELA CONTRATADA;

6.25 FORNECER OS MEIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, PELA CONTRATADA, DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO;

6.26 GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA NAS DEPENDÊNCIAS DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES CONTRATANTES, QUANDO NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO;

6.27 EFETUAR OS PAGAMENTOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, DENTRO DOS PRAZOS PREVISTOS NO CONTRATO, NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E NA LEGISLAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 A INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DAS CONDIÇÕES PACTUADAS, ERRO DE EXECUÇÃO, MORA NA EXECUÇÃO, A **AUTARQUIA MUNICIPAL** PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CREDENCIADO AS SEGUINTE PENALIDADES:

I - ADVERTÊNCIA;

II - MULTA DE 0,3% (ZERO VÍRGULA TRÊS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO E POR OCORRÊNCIA DE FATO EM DESACORDO COM O PROPOSTO E O ESTABELECIDO NESTE CONTRATO, ATÉ O MÁXIMO DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RECOLHIDA NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, UMA VEZ COMUNICADOS OFICIALMENTE;



III - MULTA DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA DE EMPENHO, NO CASO DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO CONTRATADO, RECOLHIDA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADO DA COMUNICAÇÃO OFICIAL, SEM EMBARGO DE INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS PORVENTURA CAUSADOS À CONTRATANTE, E AINDA SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/21;

IV - MULTA DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO QUANDO O INADIMPLEMENTO ENSEJAR A EXTINÇÃO CONTRATUAL;

V - A CREDENCIADA ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DESTE OBJETO, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO OU COMETER FRAUDE FISCAL, SERÁ DESCREDENCIADA CONFORME § 2º, ART. 210 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 936/23 E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A QUE SE REFERE O INCISO VII DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133/21, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS NESTE CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

§ 1º - AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS "I" E "V" DESTA CLÁUSULA PODERÃO SER APLICADAS JUNTAMENTE COM AS DOS INCISOS "II" A "IV", FACULTADA A DEFESA PRÉVIA DO CREDENCIADO, NO RESPECTIVO PROCESSO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS;

§ 2º - A MULTA DEVIDA SERÁ DESCONTADA DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONTRATANTE OU QUANDO FOR O CASO, COBRADA JUDICIALMENTE;

§ 3º - A CRITÉRIO DA CONTRATANTE, PODERÃO SER SUSPENSAS AS PENALIDADES, NO TODO OU EM PARTE, QUANDO O ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FOR DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELO CREDENCIADO, POR ESCRITO, NO PRAZO MÁXIMO ATÉ 05 (CINCO) DIAS DA OCORRÊNCIA DO EVENTO E ACEITO PELA CONTRATANTE, QUE FIXARÁ NOVO PRAZO, ESTE IMPROPRORROGÁVEL, PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.

7.2 COM FUNDAMENTO NO ART. 90, § 5º; ARTS. 156 E 162 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, SERÁ APLICADA A **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM CHAMAMENTO PÚBLICO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA** À EMPRESA PARTICIPANTE QUE: **I)** SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADO ADJUDICATÁRIO E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE; **II)** NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA.

7.2.1 CABERÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA PROPOSTA À EMPRESA PARTICIPANTE QUE SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADO ADJUDICATÁRIO E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, SEM PREJUÍZO DE INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR EM CASO DE PERDAS E DANOS DECORRENTES DA RECUSA E DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS, GARANTIDA A AMPLA DEFESA.

7.3 ALÉM DAS JÁ ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO SUJEITAM-SE O CREDENCIADO INADIMLENTE AS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NOS ARTIGOS 90, 156 E 162 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS PRECONIZADAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI FEDERAL Nº 8.078 DE 11/09/90;

7.4 SE DISCORDAR DAS PENALIDADES QUE PORVENTURA LHE TENHAM SIDO APLICADAS, PODERÁ O CREDENCIADO APRESENTAR RECURSO, SEM EFEITO SUSPENSIVO, À AUTORIDADE COMPETENTE ATRAVÉS DA QUE LHE TENHA DIRIGIDO A RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, DESDE QUE O FAÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E DENTRO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

CLÁUSULA OITAVA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1 A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJARÁ SUA EXTINÇÃO, COM AS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 137 A 139 DA LEI 14.133/21 NA FORMA A SEGUIR:

§ 1º - SÃO MOTIVOS PARA A EXTINÇÃO DO CONTRATO:

I - NÃO CUMPRIMENTO OU CUMPRIMENTO IRREGULAR DE NORMAS EDITALÍCIAS OU DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, DE ESPECIFICAÇÕES, DE PROJETOS OU DE PRAZOS;

II - DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES EMITIDAS PELA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR SUA EXECUÇÃO OU POR AUTORIDADE SUPERIOR;

III - ALTERAÇÃO SOCIAL OU MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA EMPRESA QUE RESTRINJA SUA CAPACIDADE DE CONCLUIR O CONTRATO;

IV - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU DE INSOLVÊNCIA CIVIL, DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU FALECIMENTO DO CONTRATADO;

V - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADOS, IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

VI - ATRASO NA OBTENÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL, OU IMPOSSIBILIDADE DE OBTÊ-LA, OU ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO ANTEPROJETO QUE DELA RESULTAR, AINDA QUE OBTIDA NO PRAZO PREVISTO;

VII - ATRASO NA LIBERAÇÃO DAS ÁREAS SUJEITAS A DESAPROPRIAÇÃO, A DESOCUPAÇÃO OU A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, OU IMPOSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DESSAS ÁREAS;

VIII - RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, JUSTIFICADAS PELA AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE CONTRATANTE;

IX - NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OU PARA APRENDIZ.

A) O CONTRATADO TERÁ DIREITO À EXTINÇÃO DO CONTRATO NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

I - SUPRESSÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, DE OBRAS, SERVIÇOS OU COMPRAS QUE ACARRETE MODIFICAÇÃO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO ART. 125 DA LEI 14.133/21;

II - SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, POR ORDEM ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO SUPERIOR A 3 (TRÊS) MESES;

III - REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM 90 (NOVENTA) DIAS ÚTEIS, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÃO PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTA DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS;

IV - ATRASO SUPERIOR A 2 (DOIS) MESES, CONTADO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, DOS PAGAMENTOS OU DE PARCELAS DE PAGAMENTOS DEVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO POR DESPESAS DE OBRAS, SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS;

V - NÃO LIBERAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO, NOS PRAZOS CONTRATUAIS, DE ÁREA, LOCAL OU OBJETO, PARA EXECUÇÃO DE OBRA, SERVIÇO OU FORNECIMENTO, E DE FONTES DE MATERIAIS NATURAIS ESPECIFICADAS NO PROJETO, INCLUSIVE DEVIDO A ATRASO OU DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATRIBUÍDAS PELO CONTRATO À ADMINISTRAÇÃO RELACIONADAS A DESAPROPRIAÇÃO, A DESOCUPAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OU A LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A) AS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO A QUE SE REFEREM OS INCISOS II, III E IV DO § 2º DESTE ARTIGO OBSERVARÃO AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

I - NÃO SERÃO ADMITIDAS EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, DE GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU DE GUERRA, BEM COMO QUANDO DECORREREM DE ATO OU FATO QUE O CONTRATADO TENHA PRATICADO, DO QUAL TENHA PARTICIPADO OU PARA O QUAL TENHA CONTRIBUÍDO;

II - ASSEGURARÃO AO CONTRATADO O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ A NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, ADMITIDO O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, NA FORMA DA ALÍNEA “D” DO INCISO II DO **CAPUT** DO ART. 124 DA LEI 14.133/21.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA-PR | SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES |
Apucarana - PR/CNPJ: 78.956.513/0001-68 – TELEFONE: 43 3422-4000/3308-1400 – RAMAL 338



PARÁGRAFO ÚNICO. OS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

§ 2º - A EXTINÇÃO DO CONTRATO PODERÁ SER:

I - DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, EXCETO NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DECORRENTE DE SUA PRÓPRIA CONDUTA;

II - CONSENSUAL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, POR CONCILIAÇÃO, POR MEDIAÇÃO OU POR COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, DESDE QUE HAJA INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO;

III - DETERMINADA POR DECISÃO ARBITRAL, EM DECORRÊNCIA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA OU COMPROMISSO ARBITRAL, OU POR DECISÃO JUDICIAL.

A) A EXTINÇÃO DETERMINADA POR ATO UNILATERAL DA ADMINISTRAÇÃO E A EXTINÇÃO CONSENSUAL DEVERÃO SER PRECEDIDAS DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE E REDUZIDAS A TERMO NO RESPECTIVO PROCESSO.

B) QUANDO A EXTINÇÃO DECORRER DE CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO, O CONTRATADO SERÁ RESSARCIDO PELOS PREJUÍZOS REGULARMENTE COMPROVADOS QUE HOUVER SOFRIDO E TERÁ DIREITO A:

I - DEVOLUÇÃO DA GARANTIA;

II - PAGAMENTOS DEVIDOS PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO ATÉ A DATA DE EXTINÇÃO;

III - PAGAMENTO DO CUSTO DA DESMOBILIZAÇÃO.

8.2 O CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO, AINDA, POR MÚTUO ACORDO, ATENDIDA A CONVENIÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, RECEBENDO A CREDENCIADA O VALOR DA CORRESPONDENTE QUANTIDADE DE SERVIÇOS EXECUTADOS.

8.3 SE A CREDENCIADA TRANSFERIR A TERCEIROS, NO TODO OU EM PARTES, O DIREITO DO PRESENTE CONTRATO, SEM PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATANTE, BEM COMO SE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES E DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS.

8.4 POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR, FATO SUPERVENIENTE OU FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS PODERÁ A CONTRATANTE SUSPENDER O CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO UNILATERALMENTE, MEDIANTE PRÉVIO AVISO DE 30 (TRINTA) DIAS À CREDENCIADA.

PARÁGRAFO ÚNICO.

I. OS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

II. A EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL DEVERÁ SER PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE.

CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA

9.1 OS CONTRATOS A SEREM FIRMADOS COM AS ENTIDADES SELECIONADAS TERÃO **VIGÊNCIA DE ATÉ 12 (DOZE) MESES**, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

9.2 O PRAZO PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, QUANDO SOLICITADO PELA CREDENCIADA OU PELA CONTRATANTE COM CONIVÊNCIA COMPROVADA DA CREDENCIADA, E DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO PELA CONTRATANTE, ATRAVÉS DE TERMOS ADITIVOS E DESDE QUE ATENDIDOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

I. INEXISTA NA ESTRITA ORDEM DE CREDENCIAMENTO, DE CREDENCIADO APTO A CONTRATAÇÃO, GARANTIDA ASSIM A ROTATIVIDADE ENTRE TODAS AS CREDENCIADAS, SEMPRE EXCLUÍDA A VONTADE DA CONTRATANTE NA DETERMINAÇÃO DA DEMANDA POR CREDENCIADO;



II. COMPROVAÇÃO NO ATO DA PRORROGAÇÃO QUE A CREDENCIADA MANTEM REGULARES TODOS OS CRITÉRIOS EXIGIDOS NO ATO DA HABILITAÇÃO, MEDIANTE REAPRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO

10.1 O EXTRATO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA DE APUCARANA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 936/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1 PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

A) “PRÁTICA CORRUPTA”: OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

B) “PRÁTICA FRAUDULENTA”: A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

C) “PRÁTICA COLUSIVAS”: ESQUEMATIZAR OU ESTABELECE UM ACORDO ENTRE DOIS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECE PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO COMPETITIVOS;

D) “PRÁTICA COERCITIVA”: CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

E) “PRÁTICA OBSTRUTIVA”: DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DA UNIDADE GESTORA, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NA CLÁUSULA **DOS CONTRATOS VINCULADOS À MESMA**, ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DA UNIDADE GESTORA PROMOVER INSPEÇÃO.

11.2 QUALQUER USUÁRIO OU CIDADÃO PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, DENUNCIAR IRREGULARIDADES NO FATURAMENTO OU NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 AS PARTES ELEGEM O FORO DA COMARCA DE APUCARANA PARA DIRIMIR TODA E QUALQUER QUESTÃO PERTINENTE AO PRESENTE NEGÓCIO, RENUNCIANDO A QUAISQUER OUTROS POR MAIS PRIVILEGIADOS QUE SEJAM. E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES ASSINAM O CONTRATO EM VIAS DE IGUAL TEOR, PARA UM SÓ EFEITO, SEM RASURAS OU EMENDAS, O QUAL DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, A TODO O ATO PRESENTES, VAI PELAS PARTES ASSINADO, AS QUAIS SE OBRIGAM A CUMPRÍ-LO.



MUNICÍPIO DE APUCARANA, *****.

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE
APUCARANA**

EMÍDIO ALBERTO BACHIEGA

**ENTIDADE CREDENCIADA
REPRESENTANTE LEGAL**

**GESTORA DO CONTRATO
ANA KARINE ALVES VIEIRA**

**FISCAL DO CONTRATO
PRISCILA ALVES PEREIRA**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38811/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 87/2024

RELAÇÃO DOS HOSPITAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA QUE ATENDEM OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APUCARANA/PR PARA TRATAMENTO MÉDICO CONTINUADO FORA DO DOMICÍLIO

<u>HOSPITAL</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>MUNICÍPIO</u>
ABIMED	RUA FULVIO ALICE 381, BAIRRO ALTO	CURITIBA
AFISSUR	AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA 4334, BAIRRO NOVO MUNDO	CURITIBA
CRE/KENNEDY	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 3768 - PORTÃO	CURITIBA
CRE/METROPOLITANO	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 465 - CENTRO	CURITIBA
HOSPITAL CRUZ VERMELHA	AVENIDA VICENTE MACHADO, 1310 - BATEL	CURITIBA
FUNDAÇÃO PRO HANSEN	RUA FERNANDO AMARO, 116 – ALTO DA RUA XV	CURITIBA
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE CURITIBA	RUA GENERAL CARNEIRO, 181 – ALTO DA GLÓRIA	CURITIBA
HOSPITAL ANGELINA CARON	RODOVIA DO CAQUI, 1150	CAMPINA GRANDE DO SUL
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO DE CURITIBA	RUA ALAMEDA AUGUSTO STELLFELD, 1908 - BIGORILHO	CURITIBA
HOSPITAL ERASTO GAERTNER	RUA OVANDE DO AMARAL, 201 – JARDIM DAS AMÉRICAS	CURITIBA
HOSPITAL INFANTIL WALDEMAR MONASTIER	RUA XV DE NOVEMBRO, 3701 – BOM JESUS	CAMPO LARGO
HOSPITAL E MATERNIDADE PAROLI	RUA GENEROSO MARQUÊS, 2013 - CENTRO	CAMPO LARGO
HOSPITAL NOSSA SENHORADO ROCIO	RUA ROCHA POMBO, 1080 - CENTRO	CAMPO LARGO
HOSPITAL DOS OLHOS DOPARANÁ	RUA VISCONDE DE NACAR, 776 - CENTRO	CURITIBA
HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE	AVENIDA SILVA JARDIM, 1677 – ÁGUA VERDE	CURITIBA
HOSPITAL SANTA CASA	RUA ROCKEFELLER, 1450 – REBOUÇAS	CURITIBA
HOSPITAL SÃO VICENTE	AVENIDA VICENTE MACHADO, 401 - CENTRO	CURITIBA
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	AVENIDA SÃO JOSÉ, 300 – CRISTO REI	CURITIBA
INSTITUTO DE CUIDADOS PARA O FÍGADO	RUA VOLUNTÁRIA DA PÁTRIA, 475 - CENTRO	CURITIBA
ELETROFISIOLOGIA CARDÍACA DO PARANÁ	RUA SENADOR SOUZA NAVES, 552 – ALTO DA XV	CURITIBA
HOSPITAL DO TRABALHADOR	AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA, 4406 – NOVO MUNDO	CURITIBA
HOSPITAL DOS OLHOS	RUA QUINTINO BOCAIUVA, 1733	CAMPO LARGO